



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
COLEGIADO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCOS VINICIUS ALMEIDA CONCEIÇÃO

**DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO NOTURNO EM
GEOGRAFIA DA UFBA: perfil e percepção dos estudantes no período
de 2007-2017**

Salvador
2018

MARCOS VINICIUS ALMEIDA CONCEIÇÃO

**DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO NOTURNO EM
GEOGRAFIA DA UFBA: perfil e percepção dos estudantes no período
de 2007-2017**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Geografia da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Duarte
Diniz

Salvador
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCOS VINICIUS ALMEIDA CONCEIÇÃO

DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA: perfil e percepção dos estudantes no período de 2007-2017

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Aprovado em 26 de julho de 2018

Banca Examinadora:

Alisson Duarte Diniz (Orientador)
Doutor em Geografia -UNESP
Departamento de Geografia-UFBA

Clímaco César Siqueira Dias (Membro da banca)
Doutor em Geografia-UFBA
Departamento de Geografia- UFBA

Junia Kacenenbogen Guimarães (Membro da banca)
Doutora em Geologia – UFBA
Departamento de Geografia- UFBA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Almeida Conceição, Marcos Vinicius
DEZ ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO NOTURNO EM
GEOGRAFIA DA UFBA: perfil e percepção dos estudantes
no período de 2007-2017 / Marcos Vinicius Almeida
Conceição. -- Salvador, 2018.
104 f.

Orientador: Alisson Duarte Diniz.
TCC (Graduação - Bacharelado em Geografia) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Geociências, 2018.

1. Curso de Geografia Noturno. 2. Ensino Superior
. 3. Estudantes de graduação . 4. Ex-estudantes de
graduação . 5. UFBA . I. Duarte Diniz, Alisson. II.
Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, José Francisco Conceição e Marilene da Silva Almeida que me ensinaram que a melhor alternativa está na educação;

Aos guerreiros José Francisco Conceição Neto (sobrinho) e a Raimundo Conceição (tio).

AGRADECIMENTOS

As palavras jamais poderiam expressar o tamanho da minha gratidão. Primeiro quero agradecer a Deus pelo dom da vida e da coragem pela busca dos meus objetivos. A nossa senhora da Conceição da Praia, aquela que levo seu nome em meu sobrenome e me protege nas horas mais difíceis.

Aos meus pais José Francisco Conceição e Marilene da Silva Almeida pelo amor, confiança e respeito que sempre me foi dado. Aos meus irmãos Giseli Conceição e Ivan Conceição pelo apoio e preocupação de sempre.

À minha prima Elba Conceição por ser um fator determinante para minha permanência na Universidade juntamente com seus pais Dinalva Conceição e Raimundo Conceição. Aos meus amigos Danilo Theodoro, João Paulo Machado, Handerson Gabriel e Igor Oliveira por sempre estarem atentos em escutar meus problemas acadêmicos e pessoais.

Ao meu orientador, o professor Dr. Alisson Diniz que apesar deste projeto não ser da sua linha de estudos, não negou esforços para efetivar esta pesquisa. A banca avaliadora, o Professor Clímaco Dias e a Professora Junia Guimarães, que ornamentaram este trabalho com valiosas contribuições.

Aos amigos da UFBA, Antônio Souza e a Luã Karll por cuidar da formatação a rigor das normas deste trabalho. Ao Professor e amigo João Maurício, pela generosidade em imprimir os exemplares deste trabalho. Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço (PEU) pela troca de conhecimento e pelo respeito a vida e obra do Professor Milton Santos, em especial a Professora Dr^a Maria Auxiliadora da Silva e a viúva do Professor Milton Santos, Marie Hélène Santos, pela concessão de bolsas de estudos que garantiram minha formação e permanência na Universidade.

Aos amigos da Residência Universitária Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima, em especial aos colegas que tive o prazer de dividir o mesmo teto: Vando, Deivison Mendes, Marcelo Mota. E aos amigos, também da Residência, que espero levar para vida inteira: Yuri Oliveira, Caio Gomes, Diego Passos e Diego Souza. A Debora Cavalcante pela linda epígrafe que compõe as linhas deste trabalho.

Aos alunos entrevistados que disponibilizaram seu tempo e paciência. Sem vocês a pesquisa não teria validação alguma. Vocês são a alma do curso noturno em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Sem estudantes a Universidade não existe.

Ao Nilton da Silva por tanta dedicação à Universidade e aos cursos de Geografia, bem como pela agilidade na entrega de dados que foram essenciais para efetivação deste trabalho.

Aos professores do curso de graduação em Geografia da UFBA, assim como os que me acompanharam no ensino básico, sem vocês eu não estaria aqui.

A todos e todas que não foram mencionados, mas que de alguma forma foram responsáveis para conclusão deste projeto, muito obrigado!

EPÍGRAFE

O dia já raiou, o sol se pôs. O que para muitos significa a hora do descanso, da pós-jornada. Para nós, acrescenta-se mais um e, quem sabe um segundo, terceiro, quarto turno! Não é que estamos, é que somos incansáveis! Também sentimos a necessidade de recolher-nos a nossos lares, mas, se podemos reservar um tempo a mais para refletirmos sobre o lar de maior extensão que dá base e sentido à existência de nossa casa, então, ela desaparece engolida por qualquer dessas assombrosas fendas da crosta, ou cambaleou pelo assoalho oceânico, caiu numa descontinuidade e fundiu-se ao manto, jaz no SiAl! A casa? Não importa! Qualquer dia desses, em bilhões de anos ela volta. Ela é lito, ressurgirá não das cinzas mas do magma.

Não é pedra, é rocha! Exclamou Pédon, uma divindade que nasce de uma mística química quando a alma da rocha encontra tantas quantas combinações de condições forem necessárias para viver e segue não apenas um mais vários horizontes!

Não temos pressa de voltar para casa, estamos o tempo todo em casa! Assim, dizia Eratóstenes, enquanto forjava acertadamente paralelos e meridianos. Ele provavelmente era um professor ou um estudante do noturno sem pressa de ir embora, em um período em que a Polis não oferecia tanto perigo. Mas, não ficou aqui para ver o que o espaço-tempo fez desta cidade, a promessa da globalização de conectá-la com o resto do mundo encurtando as distâncias só fez fragmentá-la, separando quem está mais perto e juntando quem está mais longe. Longe está a nossa casa, e, à noite, está ainda mais distante. Pelas bandas de cá o mercado financeiro arrefece, é o capital que determina o horário do ônibus. É ele mesmo quem costura os fixos e os fluxos, quem possibilita a existência de um espaço mercante nas mãos do mercador. Quando entramos no curso nossa família nos indagou para quem serve a Geografia e nós temos nos indagado; a quem serve a Geografia? É, muitas vezes, no trajeto de volta para casa que vamos refletindo uma resposta, o espaço uno e múltiplo, abstrato e concreto, é fugidio e tátil, percebemos a intencionalidade e a seletividade, compreendendo o jogo de escalas, vamos fazendo e refazendo territórios, entramos em transe. A reveladora paisagem é que, durante toda a nossa existência havíamos construído inconscientemente uma jornada espacial. Enquanto fazemos Geografia vamos nos aproximando da nossa própria condição, direção, posição. A Geografia serve para georreferenciar a vida! (Debora Cavalcante)

“As nossas universidades hoje expressam melhor a composição social do país. A cara da universidade é a cara da sociedade brasileira” (Ângela Paiva Cruz).

RESUMO

Desde as primeiras tentativas da instalação de uma Universidade no Brasil, o grau de graduação e pós-graduação sempre esteve atrelado às elites. Após diversas tentativas de popularização do ensino superior no Brasil, durante a República Velha e no Estado Novo, a década de 1960 se tornou um grande marco para sua popularização, porém de forma “tímida”. Nesse período também surgiu os primeiros cursos universitários voltados para o turno da noite, no entanto, a maior parte deles oferecidos em instituições particulares. Apesar da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 orientar a instalação de cursos de graduação noturno, esse fenômeno só é intensificado ao longo da primeira década dos anos 2000. As políticas implementadas na primeira e segunda década do século XXI resultou em um novo perfil de estudante universitário. A Universidade antes branca e composta majoritariamente pelas classes mais elevadas, passa a compartilhar esses espaços com negros e pardos, índios e quilombolas além de trabalhadores. O curso noturno de Geografia da UFBA, criado em 2007, por sua vez, apresenta um público peculiar, resultado dessas políticas. A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar o curso noturno de Geografia da UFBA após os 10 anos de sua criação, considerando o perfil e a percepção de estudantes e ex-estudantes em relação ao curso. Para que tal objetivo fosse alcançado foram aplicados questionários e formulários aos estudantes e egressos, além de utilizados documentos da UFBA e MEC. Os principais resultados indicaram que a maioria dos estudantes entrevistados do curso noturno são oriundos de escola pública possuindo renda entre 1 e 3 salários mínimos. Parte dos entrevistados demonstraram preocupação com a relação entre geografia e ensino no curso noturno, além da pouca participação em bolsas de iniciação a pesquisa, docência e extensão. Outro problema que afeta os discentes no curso noturno é a conciliação do trabalho com os estudos. A gratuidade, o horário, assim como a boa reputação da instituição e do próprio curso noturno em Geografia foram os principais aspectos apontados pelos estudantes entrevistados para a escolha da instituição UFBA. Ao longo da trajetória muitos estudantes acabam desistindo ou atrasando o curso. As dificuldades encontradas nas disciplinas, muitas das vezes decorrente da fraca base escolar adquirida no ensino básico, assim como a difícil conciliação com o trabalho foram os fatores mais citados para o atraso na finalização do curso. Grande parte dos egressos atua como professores de Geografia em instituições privadas.

Palavras Chave: Curso de Geografia Noturno. Ensino Superior. Estudantes de graduação. Ex-estudantes de graduação.

ABSTRACT

Since the first attempts to set up a university in Brazil, undergraduate and postgraduate degrees have always been linked to the elites. After several attempts to popularize higher education in Brazil, during the Old Republic and the Estado Novo, the 1960s became a major milestone for its popularization, but in a "timid" way. In this period the first university courses directed to the night shift also appeared, nevertheless, the majority of them offered in particular institutions. Although the Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases of Education of 1996 guide the installation of undergraduate courses at night, this phenomenon has only intensified during the first decade of the 2000s. Policies implemented in the first and second decades of the 21st century resulted in a new profile of university student. The university, which was once white and composed mostly of the higher classes, began to share these spaces with blacks and browns, Indians and quilombolas, as well as workers. The UFBA night course of Geography, created in 2007, in turn, presents a peculiar public, as result of these policies. The present research had as main objective to analyze the Geography night course of UFBA after 10 years of its creation, considering the profile and the perception of students and alumni in relation to the course. In order to achieve this objective, questionnaires and forms were applied to students and graduates, as well as were utilized documents by UFBA and MEC. The main results indicated that the majority of the interviewed students of the night course come from public school with income between 1 and 3 minimum wages. Some of the interviewees showed concern about the relationship between geography and teaching in the night course, in addition to the low participation in research initiation, teaching and extension fellowships. Another problem that affects students in the night course is the conciliation of work with studies. The gratuity, the schedule, as well as the good reputation of the institution and of the Geography night course itself were the main aspects pointed out by the students interviewed for the choice of the UFBA institution. Along the way many students give up or delaying the course. The difficulties encountered in the disciplines, often due to the weak school base acquired in basic education, as well as the difficult conciliation with the work were the most cited factors for delay to finish the course. Most of the graduates act as teachers of Geography in private institutions.

Keywords: Geography Night Course. Higher education. Undergraduate student. Former undergraduate students.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução de matrículas do Ensino Superior na Rede Federal de Ensino após a implantação do Reuni 2007-2015	p. 34
Gráfico 2:	Número de matrículas em cursos de graduação, por turno no Brasil 2008-2016	p. 37
Gráfico 3:	Carga horária diária dos respondentes	p. 60
Gráfico 4:	Alunos assistidos pela Proae	p. 64
Gráfico 5:	Tempo despendido para chegada na instituição de ensino	p. 67
Gráfico 6:	Percepção do estudante em relação ao curso noturno em Geografia	p. 71
Gráfico 7:	Atuação como professor dos ex-estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA	p.80

LISTA DE ESQUEMAS

- Esquema 1:** Categorias de análise que engloba a primeira parte dos resultados da pesquisa p.52
- Esquema 2:** Categorias de análise que engloba a segunda parte dos resultados da pesquisa p.52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Cursos superiores no Brasil Colônia e Império	p. 25
Quadro 2:	Cursos Noturnos da UFBA após adesão do Reuni	p. 40
Quadro 3:	Sexo, etnia, estado civil e faixa etária/idade	p. 57
Quadro 4:	Curso do ensino médio, curso superior, atuação no mercado de trabalho e renda familiar	p.58
Quadro 5:	Frequência de atrasos e influência no aprendizado em sala de aula por conta de atrasos	p.67
Quadro 6:	Percepção dos estudantes em relação currículo do curso noturno em Geografia	p.72
Quadro 7:	Percepção dos estudantes do curso noturno em Geografia em relação as disciplinas de natureza pedagógica	p.73
Quadro 8:	Aspecto positivos e negativos e sugestões para melhoria no curso noturno em Geografia	p.74
Quadro 9:	Perfil dos estudantes egressos: gênero, cor/etnia e faixa etária	p.79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 1970-2014	p.28
Tabela 2:	Evolução do número de matrículas em estabelecimentos de ensino superior brasileiro entre 1933-2015	p.29
Tabela 3:	Relação vaga candidato do curso noturno em Geografia da UFBA 2007-2013	p.54
Tabela 4:	Ponto de corte necessário para o ingresso no curso noturno em Geografia da UFBA entre 2014- 2017	p.55
Tabela 5:	Cursos superiores dos estudantes	p.59
Tabela 6:	Escolha para cursar na UFBA dos estudantes do curso noturno em Geografia	p.61
Tabela 7:	Principais serviços utilizados por estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA	p.62
Tabela 8:	Motivo de Escolha pelo curso noturno em Geografia da UFBA	p.65
Tabela 9:	Locomoção dos estudantes para UFBA	p.66
Tabela 10:	Percepção dos estudantes considerando atributos que leva ser um ótimo professor no curso noturno em Geografia	p.69
Tabela 11:	Motivo do estudante não participar de um projeto de pesquisa, extensão ou docência	p.70
Tabela 12:	Disciplinas citadas com maior grau de dificuldade dos estudantes	p.73
Tabela 13:	Número de alunos diplomados do curso noturno em Geografia da UFBA de acordo com o semestre de ingresso e de conclusão	p.77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
Agrufba- Escola de Agronomia da UFBA
BI- Bacharelados Interdisciplinares
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Capes Coof.
Care - Coordenação de Atendimento e Registros Estudantis
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSO - Coordenação de Seleção e Orientação
Consuni - Conselho Universitário
Dgeo - Departamento de Geografia
Edufba - Editora da Universidade Federal da Bahia
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
Faced - Faculdade de Educação
Fies - Fundo de Financiamento do Ensino Superior
Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Igeo - Instituto de Geociências
LDB - Lei das Diretrizes Básicas da Educação Brasileira
MEC - Ministério da Educação
OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Pnaes - Programa Nacional de Assistência Estudantil
Pibic - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibid - Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
Pibiex - Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação a Extensão
Pós-Geo - Programa de Pós-Graduação em Geografia
Proae - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
Prograd- Pró-Reitoria de Graduação
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego
Prouni - Programa Universidade para Todos
NAE - Núcleo de Atendimento ao Estudante
Secba - Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Smurb - Serviço Médico Rubens Brasil
SISU - Sistema de Seleção Unificada
Ssoa - Serviço de Seleção Orientação e Avaliação
Reuni - Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
RU - Restaurante Universitário
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	18
2 INTRODUÇÃO	19
3 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A LONGA TRAJETÓRIA RUMO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NOTURNO.....	22
3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	22
3.2 POLÍTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	31
3.2.1 Reuni, uma revolução no Ensino Superior Federal?.....	32
4 CURSOS DE GRADUAÇÃO NOTURNO NO BRASIL: AS POLÍTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO E O SURGIMENTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	35
4.1 O ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL.....	36
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL.....	38
4.3 CURSOS NOTURNOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	39
4.4 O CURSO DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA....	42
4.5 O CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA	43
4.6 A PESQUISA EM GEOGRAFIA NA UFBA.....	45
4.7 OS DESAFIOS INTRAMUROS E EXTRAMUROS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS.....	46
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	49
5.1 DOCUMENTAÇÃO INDIRETA E DIRETA.....	49
5.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS E FORMULÁRIOS.....	50
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	51
6 PERFIL E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA NO PERÍODO DE 2007-2017	53
6.1 FORMAS DE INGRESSO: VESTIBULAR, SISU, E BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES.....	54
6.1.1 INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS.....	56
6.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	57
6.3 RELAÇÃO ESTUDANTE E UNIVERSIDADE.....	61
6.3.1 Serviços.....	62
6.3.2 Assistência Estudantil.....	63
6.4 RELAÇÃO ALUNO E CURSO.....	64
6.4.1 Escolha do Curso.....	65
6.4.2 O Trânsito.....	66
6.5 FORMAÇÃO.....	68

6.5.1 Bolsas de Estudo.....	70
6.6 ALGUMAS PERCEPÇÕES DO ESTUDANTE EM RELAÇÃO AO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA.....	71
6.6.1 Estrutura Física.....	76
6.7 ESTUDANTES EGRESSOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	76
6.8 PERFIL DOS EX-ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA	78
6.9 ATUAÇÃO NA CARREIRA DOCENTE	79
6.10 ACESSO A PÓS-GRADUAÇÃO.....	81
6.11 PERCEPÇÕES DOS EX-ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA	82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICES.....	95

1 APRESENTAÇÃO

Afinal de contas para que serve a Geografia? Essa resposta pode ser dada de diversas formas. Ives Lacoste, por exemplo, afirmava que servia, primeiramente, para fazer a guerra; já Milton Santos diria que a Geografia serve para entender as relações entre o homem e o meio, considerando o espaço geográfico como o sistema de objetos e ações. Rui Moreira, por sua vez, remetendo-nos ao primeiro autor, afirma que esta serve para desvendar as máscaras sociais. Para os estudantes da educação básica, ela pode ser vista de forma equivocada, justificada pelas exaustivas aulas baseadas em decorar nomes de rios, países, solos, estados etc.; ou de forma sedutora, como a ciência que abre as portas para um olhar de mundo, com pensamento consciente e crítico.

Sempre escutei de colegas do curso de graduação, seja na licenciatura ou no bacharelado, que a Geografia é uma ciência “que está em tudo”. Mas, individualmente, ao longo da minha graduação, pude compreender que é a ciência que está presente nas mais profundas relações humanas com o mundo e que possui diversos significados para diferentes pessoas conforme as suas afinidades. Portanto, seguramente podemos dizer que a Geografia também serve para formar, transformar e realizar sonhos.

Sonho esse realizado por João, Mirella, Antônio, Crisângelo, Valdeci¹ e tantos outros que buscam/buscaram por meio da educação seu crescimento pessoal, intelectual e profissional. Para muitos, talvez, sem esse curso noturno, esse sonho não se realizaria.

A ideia de estudar o curso noturno em Geografia da Universidade Federal da Bahia vem da minha própria experiência e da inquietação dos estudantes que nos corredores do Instituto de Geociências discutem por melhorias e valorização desse curso, tão importante para formação de futuros professores no estado da Bahia.

O curso noturno em Geografia da Universidade Federal da Bahia, completou, em 2017, dez anos de existência. Sendo assim, esse é o momento propício para refletir sobre esse projeto que foi tão audacioso para o benefício da sociedade baiana. Espero que esse estudo possa contribuir para manutenção e melhoramento do funcionamento do curso, para que o mesmo continue cumprindo sua principal tarefa, o de realizar sonhos.

¹ Ex-estudantes e alunos do curso de Geografia noturno da UFBA.

2 INTRODUÇÃO

O surgimento de cursos universitários noturnos no Brasil é recente, e remete à década de 1960, através de reivindicações de estudantes por vagas em universidades públicas. No ano de 1996, com a implantação das Diretrizes Básicas da Educação Brasileira, através da Lei Federal 9.394, ocorre sua regulamentação como modalidade para o ensino público superior (MARANHÃO, 2015).

Na Universidade Federal da Bahia esse fenômeno aconteceu de forma ainda mais tardia. Nos anos de 1999 e 2007 são instalados os cursos de licenciatura em Física e Geografia, respectivamente. O surgimento de novos cursos noturnos, assim como o maior número de oferta de vagas, só passa a acontecer no ano de 2009 devido ao Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Governo Federal em 2007. Esse Programa, juntamente com o sistema de cotas, instituído no vestibular da UFBA de 2005, possibilitou maior democratização do ensino superior, abrindo as portas da universidade para estudantes oriundos de escola pública ou que se declarasse negro, pardo ou indígena, além da classe trabalhadora.

O Programa supracitado, na Universidade Federal da Bahia, formulou o “Projeto Universidade Nova” ou “UFBA Nova”. Criado em 2008 pelo então Reitor da época, Naomar de Almeida Filho, a “Universidade Nova” foi além da reforma e construção de novos prédios, pois formulou implantação de cursos noturnos e a criação dos Bacharelados Interdisciplinares-BI (MARANHÃO; PASSOS, 2014). Isto possibilitou, conseqüentemente, maior oferta de vagas.

Todavia, o curso de graduação em Geografia noturno, que antecede o próprio Reuni, foi aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação em 11 de julho de 2006, através do parecer nº 375/06 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2015). No entanto, o curso adere a esse programa para agregar recursos financeiros e de pessoal. A primeira turma foi aberta no vestibular de 2007, completando, assim, em 2017 dez anos de existência.

Os cursos de graduação em Geografia da UFBA (licenciatura e bacharelado) são considerados como um dos mais importantes e respeitados no Estado da Bahia e das Regiões Norte e Nordeste, seja pela sua tradição ou pelo seu bom desempenho. Em 2016, segundo o Jornal Folha de São Paulo, os cursos de Geografia da UFBA foram considerados o 16º melhor no Brasil, sendo o 1º do Estado e o 2º do Norte-Nordeste (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). No Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de 2014 (ENADE), realizado pelo

Ministério da Educação (MEC), os alunos do curso de Geografia da UFBA obtiveram um dos melhores desempenhos dentre todos os estudantes dos cursos de Geografia do país, com nota 4 no curso diurno e 5 no noturno. Na visita *in loco* da Comissão de Avaliação de Renovação de Reconhecimento do MEC, os cursos diurno e noturno receberam a nota 4 (BRASIL, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016).

O curso de Geografia noturno está marcado na história do ensino superior público da Bahia, pois foi um dos primeiros cursos noturnos da UFBA. Sua importância para sociedade baiana é inquestionável, principalmente para classe trabalhadora que na maioria das vezes tem somente essa opção de horário para realizar seus estudos. Apesar da importância para formação de professores, pouco se sabe sobre o perfil desses estudantes. Dos egressos, ainda não há registro de dados sobre sua atuação no mercado de trabalho, bem como de sua participação nos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A partir das questões discorridas acima, surge o problema: Como se caracteriza o perfil socioeconômico e a percepção dos estudantes ingressos e egressos no curso noturno de Geografia da Universidade Federal da Bahia, no período de 2007 a 2017?

A escolha pelo tema se justifica, primeiramente, por questões pessoais por já ter sido aluno regular do curso, mas também coletiva, pois muitos estudantes buscam por melhorias neste curso. Este trabalho valoriza as contribuições e inquietações dos estudantes. Apesar de existirem trabalhos monográficos, dissertações e teses sobre o ensino superior noturno na Bahia e no Brasil², um estudo de caso que retrate as condições de formação e pós formação dos estudantes do curso de Geografia noturno da UFBA ainda é inexistente.

Vale destacar que em 1992 foi publicado, pelas geógrafas Iris Andréia Martins e Bárbara- Christine Nentwing Silva, uma nota referente ao perfil dos estudantes do curso diurno em Geografia da UFBA. Entretanto, com as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos últimos anos após a publicação do citado trabalho e pelo fato daquela época ainda não existir o curso noturno, faz-se necessário entender o novo perfil do estudante do curso em Geografia da UFBA, em especial o noturno, que em 2017, completou, 10 anos de existência. Conhecer o processo de criação do curso noturno em Geografia, além da percepção e o perfil dos estudantes, se torna de grande valia para futuras elaborações de políticas que busquem uma Universidade mais justa, democrática e comprometida com a sociedade. Sendo assim, a concretização deste trabalho agregará importantes contribuições para o estudo sobre a

² Estudos em nível Bahia são realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a universidade da UFBA. Em nível Brasil, uma tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, realizou um estudo sobre o Ensino Superior no período noturno.

Universidade, destacando a importância de um curso superior público noturno para a população, em especial, para as classes de pobres e trabalhadores – que na maioria dos casos, como já citado, só lhe resta essa opção de horário para realizarem seus estudos.

Considerando a ideia principal, tem-se como objetivo geral analisar o curso noturno de Geografia da UFBA após os 10 anos de sua criação, considerando o perfil e a percepção de estudantes e ex-estudantes em relação ao curso. São objetivos específicos:

- ✓ Identificar o processo de instalação dos cursos noturnos no Brasil, bem como as políticas e projetos públicos que deram suporte e manutenção dos novos e já existentes cursos;
- ✓ Traçar o perfil dos atuais estudantes no que se refere aos aspectos socioeconômicos e acadêmicos;
- ✓ Avaliar a percepção dos estudantes em relação ao curso noturno de Geografia;
- ✓ Traçar o perfil dos graduados considerando a continuidade dos estudos em pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e a inserção no mercado de trabalho.

3 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A LONGA TRAJETÓRIA RUMO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NOTURNO

O Ensino Superior no Brasil surgiu oficialmente em 1808, com a chegada da família real. Este nível de ensino sempre esteve voltado para atender as classes mais favorecidas, pois, por muito tempo, o diploma de graduação era um fator de grande *status* para sociedade, a ponto de um bacharel em Ciências Jurídicas ter o direito de ser chamado de doutor (BRASIL, 1827). Tratamento que permanece até os dias atuais, direcionados não só aos bacharéis em Direito, assim como aos engenheiros, médicos e outros profissionais de saúde.

A história do ensino superior no Brasil começa a ser transformada significativamente em meados da década de 1960. É o momento que este nível de ensino começa a se popularizar, numa época em que a taxa de analfabetismo entre jovens de 15 anos e adultos era de 39,7 % (BRASIL, 2018). É nesse período que surgem os primeiros cursos noturnos em diversas instituições de ensino superior da rede privada. No entanto, somente com as políticas implementadas nos anos 2000 é que ocorre sua massificação, quebrando paradigmas e abrindo oportunidades para milhares de jovens ou adultos que em outros tempos não tiveram como realizar um curso de graduação.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De acordo com Cunha (2003), diferentemente do que muito se pensa, o ensino superior no Brasil talvez tenha surgido com a fundação do Colégio dos Jesuítas, na recém-criada sede do Governo Geral do Brasil, a cidade de Salvador. Criado pelo Padre Manuel Nobrega, em 1550, o Real Colégio da Bahia ou Colégio do Terreiro de Jesus utilizava o plano *Ratio Studiorum*³ destinado ao ensino das letras e das artes para formação de religiosos. No entanto, a procura da aristocracia rural pelo colégio, devido ao prestígio da formação em estudos humanísticos, levou a ordem religiosa a criar 17 estabelecimentos de ensino, até a sua expulsão pelo Marquês de Pombal, em 1759. Com a criação dos cursos de Teologia e Artes, no ano de 1553, Cunha (1980 p. 15) classifica esses como os “prováveis” primeiros cursos superiores do Brasil. No entanto, a dúvida surge pelo fato desses cursos não terem o mesmo reconhecimento ao serem comparados com o da Universidade de Évora, também sob responsabilidade dos Jesuítas.

³ Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus

Embora os estudos do Colégio da Bahia (no que se refere ao curso de artes) fossem idênticos aos dos colégios dirigidos pelos jesuítas na cidade de Évora em Portugal, o grau conferido por aquele não tinha o mesmo “valor” desse último, além de ser reconhecido pelo direito pontifício (como o da Bahia), o era também pelo direito civil, pelas leis do direito português (CUNHA, 1980, p. 31).

Os alunos eram filhos de senhores de engenho, funcionários públicos, artesãos entre outros (CUNHA, 2003). O Colégio do Terreiro tornou-se uma espécie de centro universitário, devido a excelência no seu ensino (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016). Segundo Cunha, os estudos eram voltados para questões humanísticas, valorizando as artes, filosofia, letras e teologia:

Nesses colégios eram oferecidos o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética, e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos conferia o grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Arte e Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu os estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade específica para seu ensino. Cursos superiores também foram oferecidos em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará (CUNHA, 2003, p.152).

Para a Universidade Federal da Bahia (2016), o Colégio da Bahia apresentava diversas características para ser chamado de Universidade. Os estudos humanísticos que particularizavam as Letras Clássicas, História, Matemática e Geografia, eram praticamente quatro faculdades superiores. As cerimônias realizadas na igreja do Colégio, com a presença da população civil, Governador Geral e do Bispo, além da colação de grau com a entrega do anel simbólico, capelo azul e livro de juramento, eram rituais seguidos à risca assim como na Universidade de Évora em Portugal.

Os jesuítas, por quase três séculos, foram os responsáveis pelo sistema educacional no Brasil. Ghiraldelli Jr. (2009) aponta que o grupo religioso tinha grande prestígio entre as classes dominantes, sendo agentes essenciais para consolidação do ensino no período colonial, até sua expulsão devido à reforma pombalina no ano de 1759:

Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Não foram muitos, diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram os donos das terras e os que eram donos das almas. Quando os Jesuítas foram expulsos de Portugal e, portanto, as suas colônias, em 1759, tínhamos em nosso país mais de cem estabelecimentos de ensino, considerando os colégios, as residências, as missões, os seminários e as ‘escolas de ler e escrever’, sob a administração direta dos jesuítas (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 26).

O primeiro projeto de Universidade no Brasil também surge com os Jesuítas. Vários ofícios com pedidos para criação de uma universidade na Bahia foram encaminhados a Coroa

portuguesa, no entanto todos negados. A criação de uma universidade na colônia, segundo Coelho e Vasconcelos (2009, p.1), não era interessante, “vista como perigosa pelo colonizador”. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a ser beneficiado com a criação de instituições de ensino superior vinculadas ao Estado (COELHO; VASCONCELOS, 2009). Com a proibição de instalar instituições de ensino superior, o Reino de Portugal concede bolsas de estudos para que os filhos de nobres realizem seus estudos na Universidade de Coimbra:

[...]a atuação de Portugal no Brasil Colônia foi distinta da atuação da Espanha em suas colônias, pois, além de não incentivar a criação de instituições de ensino superior, o governo português proibiu que as mesmas fossem estabelecidas na colônia, pois tinha por política oferecer um determinado número de bolsas para que filhos de colonos fossem estudar em Coimbra (FILHO; NERY, 2009).

Para Cunha:

Diferentemente da Espanha, que instalou universidade em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (CUNHA 2003, p.152).

A expulsão dos jesuítas decorrente da reforma pombalina abortou de vez o sonho de uma Universidade na colônia, vindo ressurgir em 1808, com a chegada da Família Real no Brasil. O ensino superior no Brasil surge oficialmente com a criação da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, criada pelo Príncipe Regente D. João VI, durante sua passagem com a Família Real na cidade do Salvador (VASCONCELOS, 2016). De acordo com o historiador Luís Henrique Dias Tavares, a passagem do Príncipe Regente foi marcada por uma série de decretos através da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que tratou de assuntos principalmente voltados para economia, e do Decreto de 18 de fevereiro do mesmo ano, com a criação da Escola Médica:

[...] a criação da Escola Médico-Cirúrgica definida no Aviso de 18 de fevereiro. Atendia uma sugestão ou pedido do seu médico, o pernambucano e professor de Anatomia e Cirurgia da Universidade de Coimbra, José Correia Picanço, para localizar “aulas práticas” de anatomia e obstetrícia no velho e sujo Hospital Militar que ocupava o antigo espaço do Colégio dos jesuítas. Sete anos depois dessa concessão (1815), uma Carta Régia a transformou em curso completo de Cirurgia. Repetiria o plano da Escola Médico-Cirúrgica criada no Rio de Janeiro, oferecendo um curso regular de cinco anos, durante os quais se estudaria Anatomia, Química Farmacêutica, Princípios e Práticas Médico-Cirúrgica, Fisiologia, Higiene, Patologia, Terapêutica e Obstetrícia. Foi o núcleo da Faculdade de Medicina da Bahia, o grande centro do ensino médico e cultura humanística que exerceu larga influência nas ciências médicas brasileiras no século XIX (TAVARES, 2008, p. 214-15).

Após a criação da Faculdade de Medicina na Bahia, e posteriormente no Rio de Janeiro, até a data da independência, o Brasil possuía cerca de sete cursos superiores, atualmente pertencentes as Universidades Federais da Bahia e do Rio de Janeiro. De acordo

com Coelho e Vasconcelos (2009), esses cursos, assim como a educação jesuíta, estavam voltados para os interesses das elites que através do diploma de graduação exerciam um papel de grande *status* em meio a sociedade da época:

O projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira, demonstrado por um mecanismo institucional de política de dependência, instaurada no Estado colonialista. De um lado, visava-se à cultura profissional; de outro, enfatizava-se o sentido liberal de profissões socialmente prestigiadas. Organizava-se com o objetivo principal de transmitir a cultura elitista, constituindo-se, assim, numa forma de alienação cultural, afastado que estava das questões decisivas do contexto nacional (COELHO; VASCONCELOS, 2009. p. 2).

Durante o período imperial pouco se discutiu sobre a criação de uma Universidade no Brasil e o estudo superior era organizado em escolas isoladas bastante precarizadas. A expansão das vagas e cursos eram reprimidas, devido aos interesses da elite, pois, como já mencionado, um bacharel tinha grande prestígio social e era altamente remunerado (CUNHA, 1980). Até a Proclamação da República, em 1989, como mostra o Quadro abaixo, o número de cursos universitários no país totalizava dezenove (BRASIL, 2004).

Quadro 1 – Cursos superiores no Brasil Colônia e Império

NOME DA ATUAL IES	CURSO	ANO	MUNICÍPIO	UF
Universidade Federal da Bahia	Medicina	1808	Salvador	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Medicina	1808	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Eng. Civil	1811	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escultura	1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gravura	1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pintura	1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Arqu. e Urbanismo	1821	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Pernambuco	Direito	1827	Recife	PE
Universidade de São Paulo	Direito	1827	São Paulo	SP
Universidade Federal da Bahia	Farmácia	1832	Salvador	BA
Universidade Federal de Ouro Preto	Farmácia	1839	Ouro Preto	MG
Universidade Federal de Janeiro	Música	1847	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Odontologia	1856	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Ouro Preto	Eng. de Minas	1875	Ouro Preto	MG
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Agronomia	1877	Cruz das Almas	BA
Universidade Federal da Bahia	Belas Artes	1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Odontologia	1879	Salvador	BA

Universidade Federal de Pelotas	Agronomia	1888	Pelotas	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Eng. Metalúrgica	1889	Porto Alegre	RS

Fonte: BRASIL, 2004.

Durante a República Velha os cursos superiores têm uma considerável expansão. Entre os anos de 1891 e 1919 foram criados 27 cursos de educação superior no Brasil (CUNHA, 2003). Para Coelho e Vasconcelos (2009) e Cunha (2003), essa expansão se justifica pelas transformações econômicas e institucionais, bem como pela luta dos liberais e positivistas que repudiavam os privilégios conferido aos diplomas escolares de graduação:

Nos anos seguintes, durante a primeira república, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, o número de escolas superiores se multiplicou e se espalhou por muitas cidades. Essa multiplicação foi determinada pelo aumento da procura de ensino superior demandada pelas transformações econômicas e institucionais e, pela luta de liberais e positivistas pelo ensino livre e contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares (COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 7).

Os cargos conferidos de maior renumeração, prestígio e poder chegam a ser ameaçados pois, devido a expansão do ensino superior, os diplomas de graduação cada vez mais perderiam a sua raridade. Por conta desse processo, as primeiras décadas da República foram marcadas por três reformas no sistema educacional, com intuito de restringir o acesso a esses espaços. De acordo com Cunha (2003), a primeira delas se deu em 5 de abril de 1911, através do Decreto 8.659, pelo então ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Rivadávia Corrêa. Com essa reforma, os colégios federais deixaram de ser porta de acesso às faculdades, surgindo os exames de admissão aos cursos superiores. Além disso, os estabelecimentos passaram a ser organizações autônomas, podendo, assim, eleger seus diretores e gozar de completa autonomia didática, administrativa e financeira. A segunda reforma acontece em março de 1915, no ministério de Carlos Maximiliano. Esta manteve as principais resoluções da anterior, no entanto, o exame admissional torna-se mais rigoroso e é rebatizado de vestibular; os candidatos deveriam apresentar a certificação de conclusão do curso ginásial realizado no Colégio Pedro II ou nos estabelecimentos credenciados pelo Conselho Superior de Ensino. Além disso, as instituições de ensino superior instaladas em municípios com população inferior a 100 mil habitantes deixaram de ser equiparadas às federais.

Apesar dos tramites supracitados, as matrículas do ensino superior continuaram a expandir-se, surgindo a necessidade de mais uma reforma, que acontece no ano de 1925, pelo Presidente do Conselho de Superior de Ensino, Rocha Vaz. Essa reforma determinou que, além

da seleção, o acesso à educação superior deveria respeitar o número de vagas oferecidas por curso determinada pelo diretor de cada faculdade, como aponta Cunha:

Pelo regime até então vigente, não havia limites numéricos para admissão numa faculdade qualquer. Todos os estudantes que fossem aprovados teriam direito à matrícula. A reforma de 1925 estabelecia o dever do diretor de cada faculdade fixar o número de vagas a cada ano. Em consequência, os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completas as vagas. Os demais não teriam à matrícula nem nos anos seguintes, a menos que, novamente examinados, obtivessem classificação favorável. O objetivo manifesto dessa medida era dar maior eficiência ao ensino pela diminuição do número de estudantes em certos cursos e conduzir os estudantes para cursos menos procurados, em que havia vagas não preenchidas (2003, p. 161).

Até a primeira década do século XX, as instituições de ensino superior, como já foi mencionado, tratavam-se de faculdades ou escolas isoladas. Somente no ano de 1909 que foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade de Manaus, devido ao progresso econômico decorrente da extração da borracha (COELHO; VASCONCELOS, 2009). A Universidade de Manaus foi composta pelos cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e formação da Guarda Nacional. A decadência da cultura da borracha levou ao fechamento da Universidade em 1926. Outras instituições nesse período foram criadas, a exemplo da Universidade de São Paulo⁴ (1911), de Curitiba (1912) e do Distrito Federal⁵ (1935), porém, todas tiveram o mesmo destino da Universidade de Manaus (CUNHA, 2003; NUNES, 2015).

A primeira universidade, existente até os dias de hoje, é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920 através da união das escolas isoladas de Medicina, Direito e Engenharia. Além da UFRJ, outras universidades foram criadas a partir de escolas isoladas durante a primeira metade do século XX, a exemplo da Universidade de São Paulo (1934) e as federais de Minas Gerais (1927), do Rio Grande do Sul (1934) e da Bahia (1946) (CUNHA, 2003).

Várias instituições de ensino superior surgiram durante a segunda metade do século XX, como pode ser observado na tabela 1, com destaque para os estabelecimentos do setor privado. Essas instituições têm considerável aumento de seu quantitativo após a instituição da reforma universitária de 1968 (DURHAM, 2003). Apesar do aumento significativo das instituições privadas, a maior parte delas está organizada em estabelecimentos isolados e faculdades integradas. De acordo com o resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2014 (BRASIL, 2017), as instituições de ensino superior privado no Brasil totalizavam, em

⁴ A atual Universidade de São Paulo foi criada através do decreto de 25 de janeiro de 1934

⁵ Criada por Anísio Teixeira, foi dissolvida em 1939, tendo suas unidades universitárias incorporada a UFRJ

2014, 1850 faculdades integradas e 136 centros universitários. Em contrapartida, somente 84 instituições dessa rede têm categoria de universidade.

Tabela 1 – Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 1970-2014

ANO	UNIVERSIDADES		FACULDADES INTEGRADAS		INSTITUTOS FEDERAIS		CENTROS UNIVERSITÁRIOS		ESTABELECIMENTOS ISOLADOS*		TOTAL
	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS	
1970	32	15	-	-	-	-	-	-	139	463	639
1975	37	20	-	-	-	-	-	-	178	625	860
1980	45	20	1	10	-	-	-	-	154	643	882
1985	48	20	1	58	-	-	-	-	184	548	859
1990	55	49	-	74	-	-	-	-	167	582	918
1995	68	59	3	84	-	-	-	-	147	490	851
2000	71	85	2	88	-	-	1	49	132	782	901
2014	111	84	136	1850	40	-	11	136	-	-	2368

Elaboração: Conceição (2017).

Fonte: Censo e Sinopse Estatísticas do Ensino Superior (BRASIL, 2016).

*A inclusão das Faculdades Integradas nas estatísticas se inicia em 1980. No censo de 2014, esse dado não aparece.

A reforma universitária de 1968, instituída através da Lei 5540, no Governo Ditatorial de Costa e Silva, gerou grandes modificações na estrutura do ensino superior. Segundo Antunes, Silva e Bandeira (2011) essa reforma teve dois princípios norteadores: o controle político das universidades brasileiras e a formação de mão de obra para economia. Entre as principais decisões tomadas com essa reforma estão: o aumento de matrículas; autonomia didático-científica e econômica das universidades públicas; unificação das unidades acadêmicas (*Campus*); surgimento dos Departamentos; criação das Faculdades de Educação; anulação dos movimentos estudantis; maior interação do ensino-pesquisa; e aumento de programas de extensão.

O considerável aumento de estabelecimentos da rede privada, como já descrito, conseqüentemente possibilitou maior número de matrículas na rede. Segundo os dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2017), o maior número de matrículas nas instituições de ensino superior pública, em relação a rede privada, prevaleceu até a década de 1960. Apesar da reforma também proporcionar aumento de vagas nas instituições de ensino público, essa expansão se deu de forma minimizada em relação ao ensino privado e aconteceu em cursos já existentes, preservando a velha concepção de diploma profissional e conservando o mesmo tipo de ensino (DURHAM, 2003). Em 1970 o número de matrículas nas instituições de ensino privado prevalece sobre as do ensino público, supremacia que permanece até hoje, de acordo com os dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2017), que podem ser constados na tabela 2.

O aumento da demanda por ensino superior na década de 1970 está associado ao crescimento da classe média e, principalmente, às novas oportunidades de trabalho voltadas para os setores mais modernos da economia (CUNHA, 2003; DURHAM, 2003). Diante desse fenômeno, coube às instituições de ensino privado atender essa demanda, já que as vagas em universidades e faculdades públicas eram insuficientes.

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas em estabelecimentos de ensino superior brasileiro entre 1933-2015

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
1933	18.986	14.737	33.723
1945	21.307	19.968	40.975
1960	59.624	42.067	95.691
1965	182.696	142.386	325.082
1970	210.613	214.865	425.478
1980	492.232	885.054	1.377.286
1990	578.625	961.455	1.540.080
1995	700.540	1.059.163	1.759.703
2000	887.026	1.807.219	2.694.245
2005	1.207.642	3.295.532	4.503.174
2010	1.643.298	4.736.001	6.379.299
2015	1.952.145	6.075.152	8.027.297

Elaboração: Conceição (2017)

Fonte: BRASIL, 2017

A década de 1970 foi marcada não só com os efeitos da reforma universitária, assim como os do chamado “Milagre Econômico”, que possibilitou maior investimento na educação superior. Para a professora Eunice Durham, trata-se de um período de grande valorização da Educação Pública, porém, desta vez direcionada para a classe média:

Esta prosperidade econômica beneficiou diretamente as classes médias, que se expandiram e enriqueceram, alimentando a demanda por ensino superior. Aumentaram os recursos federais e o orçamento destinado à educação. As instituições federais gozaram, neste período, de uma prosperidade que não haviam conhecido antes [...] (DURHAM, 2003. p. 17).

A década de 1970 foi ainda marcada pelo incentivo à pesquisa, surgindo dos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Com a extinção da cadeira de Professor Catedrático, tornou-se necessário a criação de Programas de Pós-Graduação para formação de mestres e doutores, com intuito de suprir as necessidades das universidades. Para tal incentivo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) instituíram programas de bolsas de estudos no Brasil e no exterior; além disso o Governo cria um plano de carreira, valorizando a titulação e o professor pesquisador. Para Durham, apesar das condições favoráveis, os fatores descritos acima geraram grandes impactos aos cofres públicos, valendo destacar que esses

cursos de pós-graduação eram destinados, principalmente, aos estudantes que detinham de melhor formação acadêmica, na educação básica e conseqüentemente na educação superior.

Outra iniciativa importante foi a introdução e ampliação de um novo regime de trabalho nas universidades federais, o chamado Tempo Integral, que renumerava o tempo que deveria ser dedicado à pesquisa, dobrando o salário. Este programa, na prática, foi um incentivo eficaz ao desenvolvimento da pesquisa porque rapidamente deixou de ser acompanhado por um sistema de avaliação, transformando-se em mera complementação salarial. Apesar disso, ele criou condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa pelos novos Mestres e Doutores que estavam sendo formados. Mas, com isto, a universidade pública tendeu a se tornar uma instituição cada vez mais cara, que não conseguiu, por isto mesmo, se expandir o suficiente para atender toda demanda. Restringiu-se assim a uma elite de estudantes de melhor formação escolar prévia, isto é, às novas classes médias (DURHAM, 2003, p 17).

Com o fim do “Milagre Econômico”, a década de 1980 foi marcada por um período de crise e transição. É o momento que ocorre a estagnação do ensino superior tanto na rede pública como na privada. O evento da crise econômica foi um dos fatores para o fenômeno. A constituição de 1988 será de grande importância para as transformações que ocorreram no cenário educacional brasileiro na década de 1990. A década de 1990 foi marcada por grandes mudanças em diversos setores essenciais para o desenvolvimento do país, inclusive na educação no que se refere ao ensino básico (DURHAM, 2003). O maior número de formados no ensino médio possibilitou maior procura pelo ensino superior. Esse sucesso escolar, segundo Durham, deve-se a alguns fatores.

[...] houve uma transformação do sistema de financiamento do ensino fundamental que incentivou o acesso, a permanência e o sucesso escolar no nível fundamental, o qual praticamente se universalizou neste período; implantou-se uma reforma curricular tanto do nível fundamental como de médio; modernizou-se todo o sistema de estatísticas educacionais, que se tornou muito eficiente; o sistema de avaliação do desempenho escolar foi aperfeiçoado; ampliaram-se os programas de capacitação docente.[...] Como consequência disto, ocorreu, um explosivo aumento das matrículas no ensino médio, decorrentes do aumento dos egressos do ensino fundamental (2003, p. 32).

A década de 1990 também é marcada pela implantação de uma nova Lei das Diretrizes Básicas da Educação (LDB), a qual engloba todos os níveis da educação escolar, tendo como referência a Constituição de 1988. Além da LDB, foram criadas outras leis e decretos sobre os mais variados aspectos referentes a educação superior do Brasil. Outro importante evento foi a reforma universitária dos anos 90 (CUNHA, 2003), que instituiu transformações relevantes, principalmente no que se refere a avaliação dos cursos, autonomia e regime jurídico.

Definidas na constituição de 1988 como instituições onde ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se de modo indissociável, as universidades foram detalhadamente caracterizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. As universidades tornaram-se caracterizadas por sua produção e pelo seu corpo docente, podendo especializar-se por campo do saber. Pelo menos um terço do seu corpo docente deverá ter estudos pós-graduados. A mesma proporção dos docentes deverá ser encontrada em regime de tempo integral. A criação de universidades continua conforme dos padrões tradicionais, isto é, a partir das instituições preexistentes. Mas a legislação introduziu a figura do recredenciamento periódico, tanto das que provieram da integração de faculdades reconhecidas, quanto das que não tiveram esses antecedentes (CUNHA, 2003, p. 189).

3.2 POLÍTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A década de 1990, como discorrido anteriormente, foi marcada por grandes transformações na história da educação brasileira em todos os níveis. É a partir deste momento que também passa acontecer mudanças relativas às políticas para o acesso ao ensino superior, porém voltado para o ingresso em instituições privadas através de concessão de crédito estudantil, como aponta Santana:

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve uma mudança no direcionamento das políticas relativas à educação superior. No primeiro período houve uma grande expansão da educação superior privada, pois com a intenção de reduzir o “custo Brasil”, a universidade passa a ser entendida como um serviço não exclusivo do Estado (2013, p. 38).

O Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) implementou algumas políticas com intuito de ampliar e democratizar à educação superior brasileira. Entre as principais políticas estão: o Programa Universidade para Todos – Prouni (2005) que concede bolsas parciais ou total para estudantes carentes ou professores da rede pública de ensino básico; o Fundo de Financiamento de Ensino Superior- FIES, criado em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado no governo Lula; o Programa Expansão I que possibilitou a criação de Universidades e Institutos Federais, interiorizando o ensino público superior e expandindo o número de vagas (2003- 2007) e posteriormente o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que aumentou o número de vagas, surgimento de novos cursos (inclusive no turno noturno), reformas e construção de novos prédios, programas de permanência do estudante, a contratação de técnicos administrativos e professores e reformulação de currículos (2007); e a criação da Universidade Aberta do Brasil- UAB destinada à educação à distância voltada para formação e qualificação de professores, no ano de 2005 (BARROS, 2015). Antes dessas políticas é preciso destacar que em algumas Universidades, sem orientação a orientação do Governo Federal, a partir de 2001, já se

reservava, em suas seleções, vagas para estudantes que se declarassem negros, quilombolas, índios e oriundos de escolas públicas (SANTOS, QUEIROZ, 2012; LOPES, 2016).

Em 2010 foi lançado o Decreto Nº 7.234 intitulado de Programa Nacional Assistência Estudantil –(Pnaes), com a finalidade de criar condições para permanência de estudantes de baixa renda nas Universidades e Institutos Federais (BRASIL, 2010). A verba do Pnaes, de acordo com o Decreto, deve ser utilizada em áreas como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, cultura, esporte, creche etc.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado pela primeira vez no ano de 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes do ensino médio, a partir de 2009 tornou-se a principal porta de entrada para o acesso ao ensino superior (BRASIL, 2015). O exame possibilita que o candidato possa concorrer vagas em cursos de graduação em diversas Universidades do Brasil através do Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁶, Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (Pronatec), Prouni, FIES e Instituições Portuguesas (BRASIL, 2017).

3.2.1 Reuni, uma revolução no Ensino Superior Federal?

De acordo com Afonso, Garcia e Ramos (2012) para muitos brasileiros, a educação superior é vista como um caminho para obter o *status* econômico e social. Essa questão ideológica faz surgir a demanda por vagas em estabelecimentos de educação superior, o que levou o Estado implementar essas políticas supracitadas, com o intuito de atender a essa demanda.

O Programa de Apoio a Planos de Expansão e Restruturação das Universidades Federais (Reuni), procurou fazer uma reforma universitária, preconizando a criação de condições para acesso e permanência na educação pública superior. Este programa tinha como principal objetivo: criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). Acredita-se que o Reuni foi a política de maior expressividade para a expansão do ensino superior federal. O seu projeto antecessor, o Extensão I, possibilitou a criação de 8 Universidades Federais em diversos estados, sendo muitas delas instaladas em municípios do interior, entretanto, o programa

⁶ Sistema informatizado gerido pelo Ministério de Educação, pelo qual são oferecidas vagas de cursos de graduação, da rede federal e estadual, aos candidatos participantes do ENEM.

posterior resultou em uma expansão de vagas e de novos cursos (BARROS, 2015). O Reuni foi instituído através do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

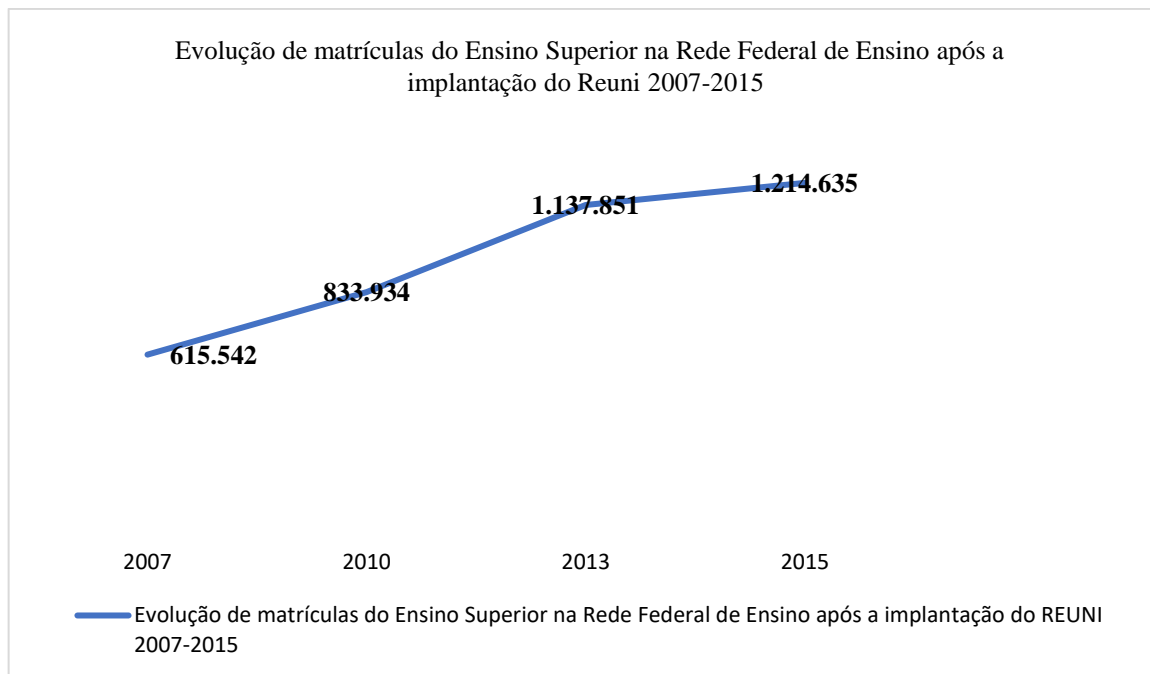
O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2007. p. 4).

O Programa Reuni tinha como meta global elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades federais para noventa por cento e da relação de alunos desses cursos por professor para 18, ao final de cinco anos. Quanto às diretrizes, o programa teve as seguintes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Esse programa também possibilitou a criação de novos cursos, maior parte deles no turno noturno. Consequentemente, o Reuni expandiu o número de vagas no ensino superior da rede federal como consta no gráfico da Figura 1.

Gráfico 1- Evolução de matrículas do Ensino Superior na Rede Federal de Ensino após a implantação do Reuni 2007-2015



Elaboração: Conceição (2017).

Fonte: Censo e Sinopse Estatísticas do Ensino Superior, (BRASIL, 2016).

Apesar da expansão significativa, o Reuni sofreu várias críticas, pois de acordo com alguns especialistas, o ousado Programa estaria mais preocupado com os números deixando de lado a qualidade, que vai desde o número insuficiente de professores e técnicos administrativos para atender a demanda aos prédios inacabados para o funcionamento de novos órgãos, laboratórios entre outros (BARROS, 2015).

4 CURSOS DE GRADUAÇÃO NOTURNO NO BRASIL: AS POLÍTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO E O SURGIMENTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

De acordo com Furlani (2001), o ensino superior noturno é o principal meio de acesso para os estudantes que trabalham. Atualmente no Brasil o maior número de matrículas no ensino superior corresponde ao turno noturno. Como já discutido, o ensino superior sempre esteve ligado às elites, no entanto, a partir de pressões populares que exigiam direito à educação, gradativamente uma série de conquistas são realizadas, como, por exemplo, o surgimento dos cursos superiores noturnos na década de 1960, Lei de Cotas, ampliação de vagas na rede pública e a ampliação de políticas de assistência estudantil.

Na Bahia, até o final dos anos 1990 as vagas de ensino superior público sempre estiveram bastante limitadas. As Universidades Estaduais, até o citado período, eram o principal meio de acesso a essa modalidade de ensino no interior do estado. Com exceção da antiga Escola de Agronomia (Agrufba), que funcionava em Cruz das Almas, todos os cursos da UFBA operavam na Capital e com funcionamento no turno diurno. Além do número aquém de vagas para atender a demanda, o processo era pouco democrático, pois a maioria dos estudantes aprovados eram oriundos de escolas particulares ou dos poucos colégios públicos que detém excelente qualidade no seu ensino, a exemplo do antigo Instituto Federal da Bahia (atual IFBA e IF-Baiano) e dos Colégios Militares (SANTANA, 2013).

Apesar da abertura desses cursos acontecer na década de 1960, na UFBA, o primeiro curso noturno somente surge no ano de 1999, com o curso de Licenciatura em Física seguido do curso de Licenciatura em Geografia em 2007. Nos anos 2000, com o surgimento do Programa Expansão I, foi possível a abertura de uma nova Universidade Federal na Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, assim como a abertura de dois Campus da UFBA, ambos os eventos no interior do estado, possibilitando a instalação de novos cursos, inclusive no turno noturno. Já o Reuni, responsável pelo aumento de vagas e surgimento de novos cursos dessa vez nos Campus da UFBA em Salvador, juntamente com o sistema de cotas instituído na UFBA em 2005, oportunizou o trabalhador e as classes menos favorecidas a terem acesso a universidade.

4.1 O ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL

O ensino noturno surge no Brasil Império, na escola São Bento, em 1860 no Maranhão, voltado para formação no ensino básico de adultos (TERRIBILLI FILHO, 2007). De acordo com Paiva (2003), no ano de 1876 o Brasil contava com cerca de 117 escolas de ensino noturno. Essas escolas eram de natureza particular ou provincial, variando suas metas que iam desde a alfabetização até o ensino profissional. Esses estabelecimentos, criados durante a década de 60 do século XIX, foram extintos no começo da década de 70, desse mesmo século, devido a pouca valorização atribuídas a eles, surgindo novamente em 1878 através do decreto 7.031 que determinava o funcionamento de escolas noturnas direcionadas aos adultos analfabetos (TERRIBILLI FILHO, 2007). Ao longo da República Velha e do Estado Novo, vários estabelecimentos de ensino noturno vão surgindo para atender a classe trabalhadora e aos jovens analfabetos.

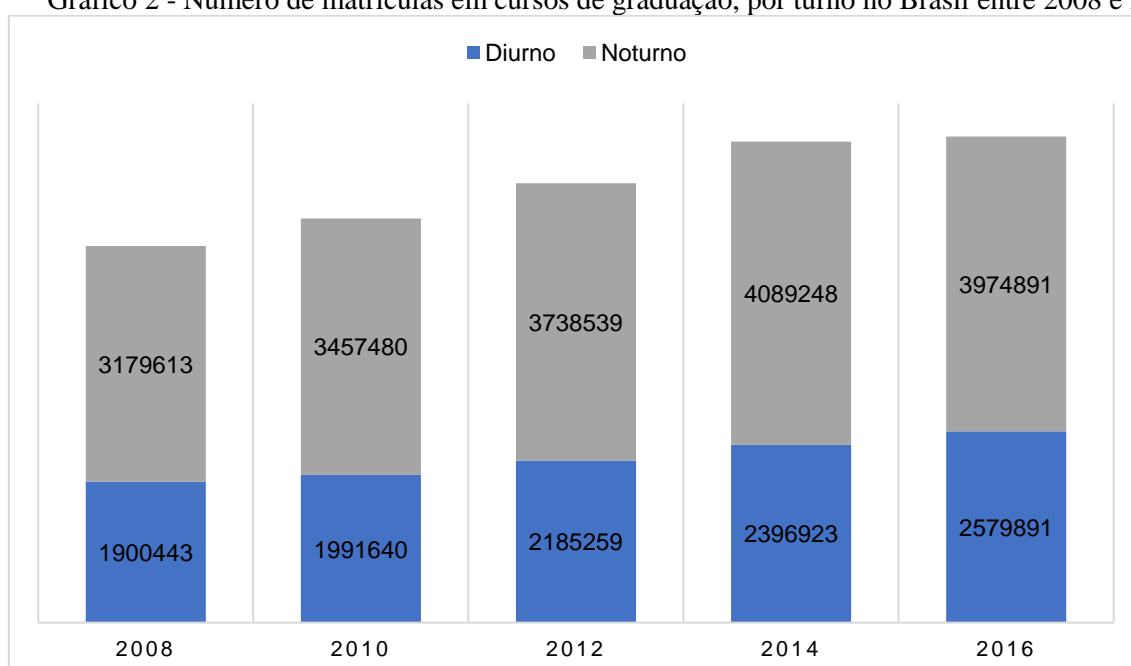
Em 1909, foram criadas, em São Paulo, 50 escolas noturnas para crianças operárias, e, em 1914, surge a escola noturna secundária, embora desativada logo após sua criação. Na década de 1930, as escolas noturnas, cujo caráter era operário, passam a se chamar “cursos populares noturnos”, atendendo a jovens, a partir de 15 anos, e adultos analfabetos. Nos anos 1950 tem início os ginásios noturnos, funcionando em grupos escolares que até então eram somente diurnos. (MARANHÃO, 2015, p. 27).

De acordo com Furlani (2001), o surgimento dessa modalidade de ensino só foi possível graças às pressões populares que reivindicavam pelo direito à escola. O surgimento do ensino superior noturno no Brasil só passa acontecer na década de 60 do século XX, decorrente, também, da pressão popular por oferta de vagas nos cursos de graduação (MARANHÃO, 2015, p. 28). Conforme Terribilli Filho (2007), essa pressão popular foi ocasionada pelos estudantes aprovados nos vestibulares das instituições da rede pública, mas que não podiam ser admitidos pela falta de vagas. A reforma universitária de 1968, como já descrita no capítulo anterior, impulsionou a abertura de vários cursos noturnos, porém, a maior parte deles em instituições da rede privada. Para Durham (2003), os cursos de graduação do setor privado, na gênese da sua expansão, caracterizavam-se como estabelecimentos considerados de exigências menores tanto para o ingresso como para o prosseguimento de estudos durante a graduação. Os cursos eram de baixo custo direcionado para formação de professores e as ciências sociais aplicadas como Ciências Contábeis, Administração, Serviço Social entre outros. Diferentemente das universidades públicas, a pesquisa não era de interesse por ser uma atividade não lucrativa. Até

a década de 1990, o número de cursos noturnos, em instituições de ensino superior público, eram quase inexistentes.

Até o ano de 2016, as matrículas em cursos superiores no turno noturno corresponderam o total de 60,6% em comparação aos cursos diurnos. As instituições da rede privada constituem 70% das matrículas noturnas do ensino superior no Brasil. A rede pública, que concentra 30% dessas matrículas, está distribuída na rede estadual com o percentual de 41%, federal com 30% e municipal com 26% (BRASIL, 2017).

Gráfico 2 - Número de matrículas em cursos de graduação, por turno no Brasil entre 2008 e 2016



Elaboração: Conceição (2017)

Fonte: BRASIL, 2017

O gráfico 2 apresenta o número bruto dessas matrículas entre os anos de 2008-2016, sendo que neste último ano o turno noturno apresentou um decréscimo supostamente cometido pela limitação das vagas nos programas do Prouni e do FIES, devido ao corte orçamentário para os referidos programas (BRASIL, 2017). Conforme afirmado, o maior número de matriculados está nas instituições privadas e os programas supracitados foram significativos para a ascensão dessas matrículas. O número significativo dessas matrículas no turno noturno, sugere que seja pelo motivo que muitos desses estudantes são trabalhadores, sendo assim, esse é o único tempo disponível para esses indivíduos realizarem um curso de graduação.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL

Até o ano de 2002, o Estado pouco se preocupou em instalar cursos noturnos em instituições públicas, no entanto, a década de noventa foi um período determinante para essa expansão que viria mais tarde. É preciso destacar que apesar do ensino superior noturno surgir na década de 1960, uma base legal nacional só veio acontecer com a Constituição de 1988. O Artigo 208, no Inciso VI da Constituição Brasileira, já determinava a criação de cursos noturnos de acordo com as condições do educando (BRASIL, 1988). Um ano depois, a Constituição Paulista determinava que as universidades estaduais deviam ofertar cursos noturnos com uma quantidade de vagas equivalente a pelo menos um terço do total de vagas oferecidas (SÃO PAULO, 1989).

A partir da Constituição de 1988 foi criada a Lei 8.539 de 22 de dezembro de 1992, no Governo de Itamar Franco, que determina: “Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar cursos noturnos, em todas as instituições de ensino superior vinculadas à União” (BRASIL, 1992). Outro fator importante, que reforça a criação de cursos noturnos em instituições de ensino público, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) onde estabelece que: “As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária” (BRASIL, 1996).

Todas essas conquistas se limitavam ao investimento da União na educação pública. As Universidades públicas passaram por grandes dificuldades durante a década de 1990 implicando, assim, na oferta e no surgimento de cursos, inclusive para o turno noturno. Somente nos anos 2000, com o surgimento de políticas públicas que visavam a interiorização do ensino superior, assim como maior oferta de vagas, que foi possível o surgimento de vários cursos, inclusive em turnos noturnos nas instituições públicas brasileiras. Em 2001, através da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro, foi aprovado o Plano Nacional de Educação com duração de dez anos. As diretrizes do plano já destacavam a importância da expansão das vagas em cursos noturnos, em especial nas universidades federais.

Ressalta-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaços para este fim, destacando-se a necessidade de garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas, e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno (BRASIL, 2001, p. 34).

Como já discorrido, as instituições de ensino superior, da rede privada, iniciaram seus cursos noturnos entre as décadas de 1960 a 1980. No setor público, apesar das políticas de Estado supracitadas, a expansão do ensino noturno só surge com as políticas de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e mantida no Governo de Dilma Rousseff. O Programa Expansão I, que mais tarde se transformaria no Reuni e a Lei das Cotas, foi fator decisivo para democratização do ensino superior público, com o destaque para implantação dos cursos noturnos.

O Reuni foi o programa que fez surgir novas vagas de graduação, nas universidades federais, em novos e já existentes cursos. As ampliações dessas vagas, de acordo com as diretrizes do programa, deveriam ser ofertadas especialmente no período noturno favorecendo, desta vez, o acesso de trabalhadores na universidade pública. O surgimento de cursos noturnos, além de proporcionar a expansão de vagas, oportunizou a contratação de novos professores e técnicos administrativos e aproveitou espaços que ficavam totalmente ociosos durante o período na noite.

No ano de 2001 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi a primeira a aderir no seu processo seletivo o sistema de cotas que mais tarde, no ano de 2012, se tornaria Lei, beneficiando a população historicamente excluída, desses espaços. Ao longo da década dos anos 2000 várias instituições também passam a aderir, no seu processo, seletivo, a reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, negros, pardos, quilombolas, indígenas e de vulnerabilidade socioeconômica.

4.3 CURSOS NOTURNOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Em 1999 a Universidade Federal da Bahia iniciou uma série de eventos que ficaram marcados para sempre nos seus dois séculos de história. A resolução 03 de 29 de abril de 1999 autorizou a implementação de cursos noturnos na entidade, sendo o primeiro deles o de Licenciatura em Física, surgindo, apenas em 2007, outro curso, o de licenciatura em Geografia. Tal longo intervalo de tempo foi devido, segundo Maranhão et. al (2014), à restrita previsão orçamentária.

A UFBA, nos anos 2000, devido ao Programa do Governo Federal Expansão I, realizou uma série de reformulações estruturais e curriculares. Nesse período a Universidade registrou o aumento de vagas decorrente da criação do *campus* Edgard Santos, localizado no município de Barreiras, onde foi instalado o Instituto de Ciências Ambientais e de

desenvolvimento sustentável (atual Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB) e o Instituto Multidisciplinar em Saúde, no *campus* Anísio Teixeira, no município de Vitória da Conquista, também criado devido ao programa supracitado. O *campus* localizado no município de Cruz das Almas, onde funcionava o Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (antiga Escola de Agronomia da UFBA) em julho de 2005 passou a integrar a sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), também criada no mesmo ano (SANTANA, 2013).

Sabe-se que o Programa Expansão I foi o responsável pela expansão de vagas da UFBA e a criação de uma nova Universidade no Estado da Bahia, com o objetivo de interiorizar o ensino público superior. No entanto, com exceção de Física e Geografia, os demais cursos noturnos da UFBA só passam a surgir com a adesão da universidade ao Reuni, onde:

O crescimento de cursos e de matrículas no turno da noite, segundo o pró-reitor de ensino e graduação da UFBA, Ricardo Carneiro de Miranda Filho, foi consequência da política de expansão das instituições federais, iniciada em 2005, e se fortaleceu em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Salas de aula, biblioteca e demais espaços públicos da universidade ficavam ociosos à noite. Com os recursos do Reuni, a UFBA contratou professores e técnicos e ampliou significativamente a oferta de ensino noturno. “Racionalizamos os recursos públicos e abrimos a instituição para a população que trabalha e precisa estudar à noite”, diz Miranda Filho. Em 2006, a UFBA tinha 2.030 professores; em 2009, 2.564 docentes trabalhavam na instituição para atender cursos em todos os turnos (BRASIL, 2011).

A partir do Reuni, a UFBA criou vários cursos noturnos de licenciaturas, bacharelados interdisciplinares, bacharelados tradicionais e tecnólogos. Atualmente a UFBA conta com 31 cursos noturnos de graduação, o que corresponde 28% do total de matrículas da instituição de ensino (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017). O quadro 2 aponta os cursos criados após a adesão do Programa Reuni.

Quadro 2 – Cursos Noturnos da UFBA após adesão ao Reuni

GRANDE ÁREA	CURSOS
Área I- Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia	Arquitetura e Urbanismo Engenharia da Computação Engenharia de Controle e Automação de Processo Engenharia de Produção *Física (Licenciatura) Matemática (Licenciatura) Química (Licenciatura) Engenharia de Agrimensura e Cartográfica Computação (Licenciatura) Sistemas de Informação
Área II- Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Biotecnologia Ciências Biológicas (Licenciatura) Farmácia Gastronomia Saúde Coletiva

Área III- Filosofia e Ciências Humanas	Pedagogia (Salvador) Arquivologia Ciências Contábeis Direito Estudos de Gênero e Diversidade *Geografia (Licenciatura) História (Licenciatura)
Área IV- Letras	Letras Vernáculas (Licenciatura) Língua Estrangeira- Inglês/Espanhol (Licenciatura)
Área V- Artes	Dança (Licenciatura)
Bacharelados Interdisciplinares	Artes Ciência e Tecnologia Humanidades Saúde
Cursos Superiores Tecnólogos	Transporte Terrestre: Gestão do Transporte e do Trânsito Gestão Pública e Gestão Social

Organização: Conceição (2017)

Fonte: Coordenação de Seleção e Orientação da UFBA

*Como já discutido, os cursos de Física e Geografia já ofertavam vagas no turno noturno antes da implantação do Reuni.

Antes do Reuni, é preciso destacar que a UFBA, a partir do vestibular de 2005, passou aderir, em seu processo seletivo, ao sistema de cotas, instituído através da Resolução 01/04, do Conselho Universitário que estabeleceu reserva de 43% das vagas para estudantes oriundos de escola pública, pretos ou pardos e 2% para os indígenas ou oriundos de comunidade quilombola⁷ (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004). Esses três eventos (abertura de cursos noturnos, cotas e o Reuni) são de suma importância para as classes historicamente excluídas da Universidade (negros, pardos, indígenas, quilombolas, estudantes de escola pública e trabalhadores), já que essas políticas possibilitaram maior democratização do acesso a vagas no ensino público superior. O Reuni na UFBA, apesar de ser implementado após a criação do curso de Geografia, possibilitou a contratação de novos professores, melhorias na biblioteca e expansão dos benefícios da assistência estudantil, proporcionando maior qualidade nos cursos e no desenvolvimento do estudante durante sua formação (ALMEIDA FILHO, 2010).

⁷ A Resolução de 2004 foi alterada e passa a vigorar de acordo com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação (mais conhecida como a Lei de Cotas).

4.4 O CURSO DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O curso de Geografia da UFBA foi o primeiro da Bahia e antecede da própria criação desta universidade, que foi fundada em 1946 pelo então reitor da época, Edgar Santos. O curso, criado em 1941, inicialmente instalou-se na Faculdade de Filosofia da Bahia (posteriormente, Faculdade de Filosofia e de Ciências Humanas) e seu reconhecimento pelo Ministério da Educação se deu através do decreto 17.206 de 1944 (LEAL, FERREIRA E MESQUITA, 2010; SIMÕES, 1990). Fundada em 13 de junho de 1941, por Isaias Alves, a Faculdade de Filosofia, que funcionava na Avenida Joana Angélica (atual prédio do Ministério Público do Estado da Bahia), abrigava os cursos de licenciatura e bacharelado em Matemática, Geografia e História⁸, História Natural, Física, Ciências Sociais, Química, Pedagogia, Filosofia e Letras (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016, p. 43).

Como discutido no capítulo anterior, os cursos superiores mais antigos do Brasil foram organizados em Escolas ou Faculdades de ensino superior. Com o surgimento das primeiras universidades brasileiras, na primeira metade do século XX, essas Escolas e Faculdades isoladas passaram a fazer parte corpo estrutural dessas entidades. A Universidade da Bahia, (posteriormente, Universidade Federal da Bahia), para sua composição inicial instalou-se as seguintes faculdades, antes isoladas: a Faculdade de Medicina da Bahia e as Escolas Anexas de Odontologia e de Farmácia; a Faculdade de Direito da Bahia; a Escola Politécnica da Bahia; a Faculdade de Ciências Econômicas; e a Faculdade de Filosofia da Bahia (BRASIL, 1946).

Entre os anos de 1945 a 1961, de acordo com Simões (1990), o curso de Geografia e História formaram cerca de 87 licenciados, 4 em Geografia (após a separação dos cursos) e 75 bacharéis em História e Geografia. A formação de professores nesta faculdade abasteceu o ensino básico proporcionando a abertura de concursos para o acesso na carreira do ensino público, bem como para contratação de professores em escolas particulares.

O curso de Geografia funcionou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas até a reforma universitária de 1968. Desde então o curso passa a realizar suas atividades no Instituto de Geociências (IGEO), criado pelo decreto 62.241 de 1968, compartilhando essa unidade com o curso de Geologia e posteriormente com os cursos de Geofísica (1992) e Oceanografia (2004). Atualmente o curso conta com 360⁹ alunos regularmente matriculados sendo 240 da Licenciatura

⁸ De acordo com Simões (1990), até o ano de 1960, Geografia e História constituíam um único curso.

⁹ Esses dados extraídos do Sistema Acadêmico da UFBA (2017.2), podem sofrer alterações decorrente do trancamento total e da desistência do curso.

e Bacharelado (diurno) e 120 da Licenciatura (noturno). O corpo docente é composto, majoritariamente, por professores que integram o Departamento de Geografia (DGEO), sendo 21 efetivos e 4 temporários, sendo a maior parte dos efetivos doutores (19) e apenas dois mestres. Professores de outros departamentos como os de Geologia, Filosofia, Estatística, História, Filosofia e Educação (Departamentos I e II) também lecionam disciplinas da grade curricular do curso.

De acordo com o *site* oficial do curso, no ano de 2003 o desempenho do curso no Provão (atual Enade) foi o melhor do Brasil. Na última avaliação realizada pelo MEC, em 2014, os alunos do curso de Geografia da UFBA obtiveram um dos melhores desempenhos dentre todos os estudantes dos cursos de Geografia do país, com nota 4 no curso diurno e 5 no noturno. Na visita *in loco* da Comissão de Avaliação de Renovação de Reconhecimento do MEC, ambos os cursos receberam a nota 4, sendo assim um dos cursos de maior rendimento entre os de graduação da UFBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2016).

4.5 O CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA

A primeira tentativa para instalação do curso noturno em Geografia surge entre os anos de 1993-1994. De acordo com o Projeto Pedagógico do próprio curso “a complexidade da mesma demandou seguidas avaliações” que se estenderam até o ano de 1997. Em 1997 o Departamento de Geografia (DGEO) aprovou uma nova versão para instalação desse curso, visando a contratação de novos professores, funcionários técnicos administrativos e pessoal de segurança, no entanto, as condições que se encontravam as universidades federais brasileiras inviabilizaram o projeto, só vindo ressurgir a ideia em 2004. De acordo com as palavras do professor Clímaco Dias¹⁰, entre às décadas de 90 e o começo dos anos 2000, o Departamento de Geografia apresentava um expressivo déficit de professores. Ao total 8 professores faziam parte do citado Departamento, para atender os cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia, além de outras graduações. Ainda de acordo com o relato do professor, a Universidade só estaria autorizada a liberar vagas para contratação de professores, caso o curso noturno fosse aprovado.

A proposta para a criação do curso noturno em Geografia da UFBA foi apresentada pelo DGEO, em no dia 07 de junho de 2004 e posteriormente pela Congregação do Instituto de

¹⁰ Relato concebido em 20 de julho de 2018.

Geociências no dia 21 de julho 2005. Apesar de ser aprovado em 2004, o curso noturno em Geografia só foi aprovado pela Câmara de Ensino e Graduação da UFBA em 11 de julho de 2006, através do Parecer N° 365/06, com formação da primeira turma no semestre de 2007.1. De acordo com a professora Maria Auxiliadora da Silva¹¹, que na época fazia parte do Conselho Universitário (Consuni), o curso só foi aprovado graças a presença de alunos que na reunião desse Conselho protestaram vestidos de preto e com velas acesas. Além da criação do curso, o protesto resultou na contratação de dois professores.

Um das principais justificativas para a instalação do curso foi a demanda por professores do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas ser ainda muito superior ao número de licenciados formados pelas universidades baianas. Para efetivação do curso, um grupo de professores se empenharam para tal, entre os quais estão: a Professora Maria Auxiliadora da Silva (na época chefe do Departamento de Geografia); a Comissão responsável pela instalação do curso, formada pelos professores Denise Silva Magalhães (Presidente da Comissão), Clímaco César Siqueira e Maria Elvira Passos Costa ; a colaboração dos professores Euda Caldas, Catherine Prost, Elba Medeiros Punski dos Santos, Eni Santana Barreto, Márcia das Graças Galvão de Souza (coordenadora de ensino de graduação), além da representação estudantil de Ricardo Lima Freire Lima.

O primeiro currículo do curso totalizava uma carga horária de 3.447 horas distribuídas nas disciplinas do Núcleo Básico (408 horas); as do Núcleo Específico (1.955 horas); componentes de formação pedagógica (272 horas); Estágio Supervisionado (272 horas); as Atividades Complementares (200 horas); as Optativas de Geografia (276 horas); e as Optativas de Educação (68 horas). Assim o curso tinha a duração mínima de 4 anos (8 semestres), média de 5 anos (10 semestres) e a máxima de 6 anos (12 semestres). A carga horária semanal, inclusive com aulas ao sábado variava de 17 a 20 horas¹².

No ano de 2015, para atender as exigências do Ministério da Educação (MEC), o curso noturno passou por uma reformulação no seu projeto político pedagógico. Desde então o curso de Licenciatura em Geografia Noturno passou a ter duração em anos mínima de 3.5 (7 semestres), média de 4.5 (9 semestres) e máxima de 7 (14 semestres). O total da carga horária é de 3.090 horas, organizadas em: quatro componentes do Núcleo Básico (272 horas); 19 componentes do Núcleo Específico (1.428 horas); cinco componentes do Núcleo

¹¹ Entrevista concebida em 21 de dezembro de 2017.

¹² Informações retiradas do Projeto Pedagógico do Curso Noturno em Geografia (2007) e da Grade Curricular do curso, referente ao currículo 2007.1, disponível no Sistema Acadêmico da UFBA.

Fundamentação Pedagógica (306 horas); quatro componentes de Práticas de Ensino (408 horas); sete componentes curriculares do Núcleo de Optativas (476 horas) e Atividades Complementares (200 horas)¹³.

4.6 A PESQUISA EM GEOGRAFIA NA UFBA

Ainda na Faculdade de Filosofia, a Geografia deu seus primeiros passos voltados para pesquisa. Criado em 1959 pelo Reitor Edgard Santos e pelos geógrafos Milton Santos, Jean Tricart e Teresa Cardoso da Silva, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia foi a repartição pioneira da pesquisa geográfica no estado da Bahia. Foi considerado por muitos anos como o segundo centro em referência de pesquisa em Geografia aplicada do Brasil, ficando apenas atrás do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a professora Maria Auxiliadora da Silva:

A participação de professores convidados, nacionais e estrangeiros, nos estudos de pesquisa do Laboratório, permitiu a aplicação de novos modernos métodos de trabalho, contribuindo, também, para dar movimento aquele núcleo, através dos ensinamentos advindos das conferências, dos seminários e excursões. Impossível nomear todos esses professores, mas não se poderia deixar de citar: Pierre Monbeig, que entre seus estudos, propôs uma solução para o problema de abastecimento da cidade do Salvador; Jean Tricart, que dirigiu vários estudos sobre as bacias dos rios Paraguaçu e Itapicuru complementados pela geografia humana; Etienne Juillard, que iniciou métodos modernos de representação de densidade da população da cidade de Salvador; e Michel Rochefort, com seus estudos sobre redes que continuam até hoje ser utilizadas.

Com Jacqueline Beaujeu-Garnier, Milton Santos publicou *O Centro da Cidade do Salvador* (1967), um estudo sobre os “centros” de Salvador demonstrando que as características encontradas são as mesmas de centros de outras cidades sul-americanas (SILVA, 2009 p. 133).

O Laboratório de Geomorfologia, que era o ponto de encontro do que mais havia de avançado na Geografia francesa na Bahia, encerrou suas atividades em decorrência da reforma universitária de 1968. Os pesquisadores do extinto Laboratório agregaram-se ao Departamento de Geografia possibilitando uma “Geografia renovada”, já que os professores do antigo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia eram compostos majoritariamente por professores de diferentes formações (direito, engenharias, economia, agronomia etc.) diferentemente dos professores oriundos do referido Laboratório que tinham formação em Geografia¹⁴.

¹³ Informações retiradas do Projeto Pedagógico do Curso Noturno em Geografia (2015) e da Grade Curricular do curso, referente ao currículo 2015.1, disponível no Sistema Acadêmico da UFBA.

¹⁴ Informações retiradas através do depoimento da professora Maria Auxiliadora da Silva em entrevista concedida a Marcos Conceição no dia 15 de dezembro de 2017.

O curso de Especialização em Análise Espacial, criado em 1980, oferecido por dois anos consecutivos, juntamente com o acordo Capes Cofecub¹⁵ foi fundamental para a instalação do Mestrado (1994) e do Doutorado (2011) em Geografia (LEAL; FERREIRA; MESQUITA, 2009). Atualmente o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA conta com duas linhas de pesquisa: “Análise Urbana e Regional” e “Estudos Ambientais e Análise do Território”. De acordo com *site* do Programa, seu corpo docente é composto por 28 professores, sendo 19 permanentes, 6 colaboradores e 3 associados. Ao longo dos anos, o programa reconhecido pela Capes com o conceito 4, já teve 214 dissertações de mestrado defendidas e 23 teses de doutorado e até o ano de 2016 era o único programa responsável em formar mestres e doutores em Geografia no estado da Bahia.

O Departamento de Geografia, em parceria com o Pós-Geo, possui 8 Grupos de pesquisa com várias linhas de estudo. Esses Grupos oferecem bolsas de Iniciação a Pesquisa ao estudante de graduação através de processos seletivos, a critério do coordenador de cada Grupo. São também responsáveis pela realização de importantes eventos acadêmicos em nível nacional e internacional, como o XV Simpósio de Geografia Urbana, realizado pelo Grupo de pesquisa Espaço Livre de Pesquisa e Ação, que contou com a participação de importantes teóricos sobre o pensamento da cidade; Seminários Costeiros, que fazem um diálogo entre a academia e o conhecimento popular de pescadores e marisqueiras; o Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento com a participação de vários professores palestrantes de diversas partes do mundo e realizado por Grupos de Pesquisa (Dinâmica dos Territórios, Território, Propriedade Intelectual e Patrimônio e Estudos da Dinâmica Agrária Regional e da Relação Campo e Cidade) e o Seminário Nacional Encontro de Gerações: Contribuição a Geografia Brasileira, que contou com a participação de 20 professores de extrema importância para Geografia brasileira, realizado pelo Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano.

4.7 OS DESAFIOS INTRAMUROS E EXTRAMUROS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES TRABALHADORES DOS CURSOS NOTURNOS

De acordo com Terribelli Filho (2007) grande percentual de estudantes dos cursos universitários noturnos são trabalhadores. Segundo Romanelli (1995) existem três categorias que definem o estudante universitário no Brasil: o estudante do tempo integral que é totalmente

¹⁵ O acordo Capes Cofecub favoreceu o intercâmbio entre professores franceses e brasileiros. Esse acordo possibilitou que os professores do Departamento de Geografia pudessem realizar o curso de doutorado em Universidades Francesas. Para instalação de cursos de Pós-Graduação, a Capes exige um número mínimo de Doutores.

mantido pela família; o estudante-trabalhador que parcialmente é mantido pela família e o trabalhador-estudante que não depende financeiramente da família, sendo assim o responsável pelo orçamento doméstico e pelo seu sustento.

De acordo com Sampaio (2013, p.49) “os cursos noturnos são também uma forma de incluir estudantes que estão fora do sistema universitário pela necessidade que tiveram de ingressar precocemente no mercado de trabalho.” Esses estudantes, após uma longa jornada de trabalho, enfrentam uma série de dificuldades para concluir seu curso de graduação, que Terribili Filho vai denominar de extra e intramuros:

Se o intramuros contempla a sala de aula e a instituição organizacional chamada “escola”, o extramuros pode ser estudado também por duas dimensões: o sistema educacional no qual a instituição está inserida (representando o nível macro de políticas e leis que direcionam suas atividades) e o entorno educacional, relativo às questões de integração com a comunidade e sociedade, envolvendo questões que vão desde as condições de acesso (trânsito e transporte público), passando pela legislação trabalhista e chegando às questões de segurança pública, relacionadas à locomoção do estudante da/para a instituição de ensino.

Naturalmente que os aspectos do intramuros e do extramuros da instituição de ensino devem se fundir, formando um todo, desmitificando a instituição como algo isolado, circunscrita em si mesma, ilhada, mas deve ser apresentada como célula viva, pulsante e inclusa na sociedade.

Os limites físicos (muros) devem representar apenas uma membrana permeável que delimita o espaço da instituição de ensino, sem impedir o fluxo de conhecimento, informações, experiências, vivências e descobertas (2007 p. 70).

Os extramuros têm uma inter-relação com o dia a dia dos estudantes, caracterizados pelos fatores como transporte, legislação trabalhista, segurança e nível de disposição física. Conseqüentemente, esses fatores podem comprometer no bom desempenho desses estudantes. Já os intramuros estão relacionados a formação do estudante considerando, principalmente, os Métodos de Ensino e ao Projeto Político-Pedagógico (TERRIBILI FILHO, 2007), que muitas das vezes pode não corresponder com a demanda dos estudantes.

Apesar dos cursos noturnos na UFBA terem proporcionado maior acesso à população historicamente excluída dos espaços acadêmicos, os mesmos enfrentam uma série de problemas. De acordo com Maranhão (2015), a segurança é muito comprometida pois falta iluminação no campus e pessoal para segurança; o transporte universitário que percorre pelo *Campi* (busufba) tem sua frota reduzida e o horário do serviço de xerox assim, como o de lanchonete, são bastante limitados neste turno. Além disso, os órgãos da universidade não funcionam durante a noite, a exemplo da Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae), Coordenação de Atendimento e de Registros Estudantis (CARE), o Serviço Médico Rubens Brasil (Smurb), e da Livraria da Editora da Universidade Federal da Bahia

(Edufba). Os Colegiados e bibliotecas têm atendimento ao público noturno, também em horário restrito, o que não corresponde com a demanda desses estudantes (MARANHÃO, 2015).

As conquistas alcançadas durante os últimos anos são de grande importância, no entanto, a universidade ainda se mostra não totalmente preparada para a demanda e as particularidades dos estudantes dos cursos noturnos.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Relacionando com os objetivos e o problema da pesquisa já abordados na introdução, este trabalho procurou aproximar-se do Método Dialético. Esse método busca suas explicações através de fenômenos sociais em que a história é o principal elemento para entender a lógica do pensamento (LAKATOS, MARCONI, 2010). Apesar de trazer dados quantitativos, principalmente nos resultados, o trabalho procura relacioná-los com a discussão teórica e com os depoimentos de valor qualitativo dos estudantes entrevistados. Sendo assim, utilizou-se a abordagem metodológica exploratória. De acordo com Silveira e Córdova (2009) a abordagem metodológica exploratória tem como principal característica entrevistar indivíduos que tiveram, ou têm, experiências práticas com o problema de pesquisa, neste caso, estudantes ingressos e egressos do curso noturno em Geografia da UFBA.

Além das características já enfatizadas, esse tipo de abordagem envolve as técnicas de pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2010), as técnicas de pesquisa é um conjunto de preceitos ou processos que servem para uma ciência alcançar seus resultados. Esta pesquisa valeu-se das seguintes técnicas: documentação indireta, documentação direta e aplicação de questionários e formulários. O método de procedimento, utilizado, foi o estudo de caso ou monográfico. Para Gil (2006), o procedimento monográfico consiste em um estudo aprofundado que podem ser de indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.

5.1 DOCUMENTAÇÃO INDIRETA E DIRETA

De acordo com Lakatos e Marconi a etapa da pesquisa com documentação indireta envolve:

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico e etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (2010, p. 166).

Ainda para os autores, a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito, pois gera subsídios para criação de um tema com novos enfoques e abordagens. Sendo assim, a documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) foi de grande valia para construção do referencial teórico desta pesquisa, através da literatura de autores (livros, dissertações, artigos e teses) que tratou de temas relacionadas ao ensino superior no Brasil, na Universidade Federal da Bahia e no curso noturno em Geografia. Além desse

material consultou-se documentos, Decretos e Leis da União, dados oficiais, Portarias da UFBA, do Departamento e do Colegiado de Geografia da UFBA e do Ministério da Educação.

A documentação direta, ou seja, a pesquisa de campo foi realizada de forma complementar para entender as percepções dos estudantes entrevistados que serão discutidas nos resultados. Procurou-se, neste trabalho, valorizar mais as percepções dos estudantes entrevistados. Essa etapa foi realizada durante 15 dias no Instituto de Geociências – IGEO e no *Campus* universitário de Ondina. Além das visitas ao Instituto durante as aulas do curso noturno de Geografia, percorreu-se, também, o campus universitário visitando bibliotecas, lanchonetes, busufba, além da observação direta da questão de segurança, fluxo e iluminação nos arredores do IGEO.

5.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS E FORMULÁRIOS

Para os estudantes ingressos, utilizou-se o formulário com perguntas abertas e fechadas. A consulta desses formulários foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2017, no período das 18 às 21 horas em dias aleatórios. Apesar de terem alunos do curso diurno matriculados em disciplinas no horário do curso noturno, somente foram entrevistados estudantes matriculados do curso noturno de semestres diversos. Para encontrar a amostragem, no total de 55, utilizou-se a expressão para população finita elaborada por Gil (2006, p. 97).

$$n = \frac{\delta^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \delta^2 p \cdot q} \quad \dots (1)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra.

δ^2 = Nível de confiança estabelecido, expresso em número de desvio padrão.

Foi utilizado um grau de confiança de 68% (área compreendida por um desvio padrão à esquerda e à direita da média).

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica = 50%.

q = Percentagem complementar = 50%.

N = Tamanho da população = 120¹⁶

e^2 = Erro máximo permitido. Utilizou-se um erro de amostragem de 5%.

¹⁶ Alunos matriculados regulamente no semestre 2017.1

Para os estudantes egressos, ou seja, aqueles que já se formaram, por dificuldade de encontro pessoal, utilizou-se o questionário via o *Google* Formulários.

De fato, essa foi a etapa de maior dificuldade, pois apesar de enviar esse formulário para uma boa parcela dos egressos, só 21 respostas foram efetivadas. Através do questionário destinado aos egressos, buscou-se informações dos ex-estudantes por meio de perguntas abertas e fechadas sobre sua atuação no mercado de trabalho, bem como o seu acesso aos Programas de Pós-Graduação. A pesquisa foi feita sem considerar o semestre de formação e durou entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018. O contato se deu via e-mail e redes sociais.

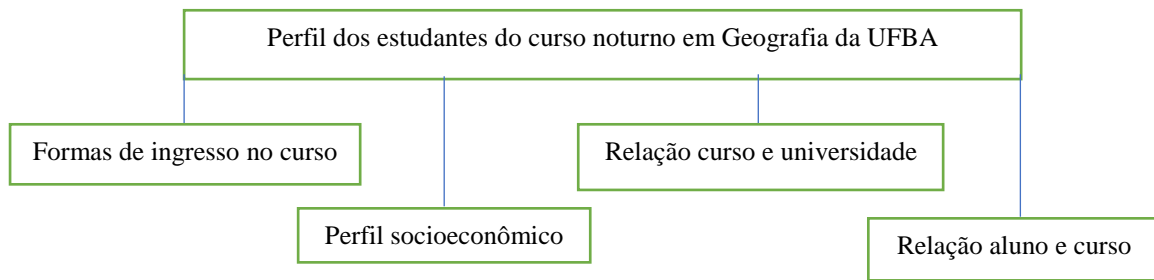
O sistema acadêmico da UFBA registrou o universo de 85 alunos graduados no curso noturno em Geografia, entre os anos de 2007 e 2017. Esse número pode ser um pouco maior porque o sistema não considerou aqueles estudantes que ainda não foram buscar o diploma de graduação no órgão competente da universidade. Como não se sabe o número exato de formados, procurou-se trabalhar com o número oficial registrado no sistema já descrito. Considerando também a expressão de Gil (2006), a amostra contabilizou o total de 44 graduados, porém, como já justificado acima, essa parte da pesquisa foi realizada com os dados dos 21 respondentes.

As respostas dos questionários e formulários foram os pilares norteadores para construção dos resultados, onde procurou-se entender a percepção e o perfil desses estudantes e ex-estudantes. A discussão desses dados foi associada ao referencial teórico discorrido na primeira parte do trabalho. O capítulo referente aos resultados foi agrupado em diversos subtópicos do capítulo, valendo-se de gráficos, quadros e tabelas para melhor organização e compressão da significação desses resultados.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados desta pesquisa foram organizados em duas partes, conforme o esquema presente no Esquema 1 que corresponde ao perfil dos estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA. Aqui considerou-se, além do perfil socioeconômico, a forma de ingresso e a relação do aluno com o curso e a universidade.

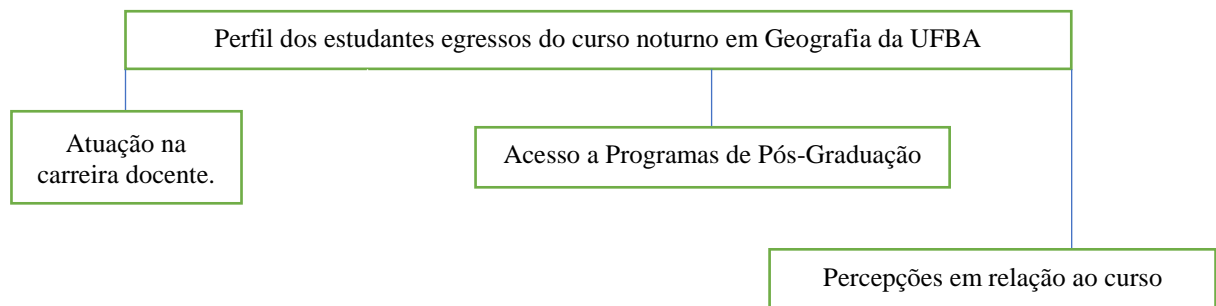
Esquema 1 - Categorias de análise que engloba a primeira parte dos resultados da pesquisa.



Elaboração: Conceição (2018)

A segunda parte considerou o perfil dos estudantes egressos do curso, considerando, principalmente, sua inserção no mercado de trabalho, sua satisfação com salários e o curso de Geografia, bem como seu acesso em programas de pós-graduação – conforme mostra o Esquema 2.

Esquema 2 - Categorias de análise que engloba a segunda parte dos resultados pesquisa



Elaboração: Conceição (2018)

6 PERFIL E PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA NO PERÍODO DE 2007-2017

Apesar dos cursos noturnos surgirem no Brasil na década de 1960, nas universidades públicas, em especial as federais, esse fenômeno ainda é tratado como novidade, pois nas universidades federais esse processo passa a acontecer em grande escala a partir da segunda metade dos anos 2000. Mesmo após sua expansão, os cursos noturnos, assim como seus alunos, são poucos estudados. Um estudo realizado por Santana (2013) destaca a necessidade de estudar esse fenômeno para entender o perfil, aspirações, possibilidades e dificuldades desses estudantes, com o intuito de efetivar propostas para um novo modelo de Universidade mais inclusiva.

Estudos que descrevam essas transformações permitem a compreensão das características desse novo público e, conseqüentemente, das suas necessidades, de forma a oferecer subsídios para ações voltadas à sua permanência com qualidade no ensino superior.

Pensamos ser necessário conhecer o seu perfil, suas aspirações, possibilidades e dificuldades, para que o suporte ao seu tempo na universidade, tanto acadêmico quanto administrativo, seja eficiente e resulte em sucesso (p.30).

Os discentes dos cursos noturnos na maioria são trabalhadores, pois esse é o único horário para que esses alunos possam realizar seus estudos. Muitos desses estudantes, apesar de jovens, para complementar a renda familiar precisam ingressar muito cedo no mercado de trabalho. Com pouco tempo disponível, sua participação na Universidade se resume à sala de aula ou a periódicos compromissos acadêmicos. É um público em que muitas das vezes se ausenta de eventos culturais, políticos e acadêmicos e de participação em grupos de pesquisa como bolsista de iniciação científica, docência ou extensão (TERRIBELLI, 2007). Vale ressaltar que esses eventos no turno noturno são quase inexistentes.

Os cursos noturnos ainda se apresentam com as mesmas características dos cursos diurnos. Ainda não se considera as especificidades assim como as necessidades dos estudantes. Apesar das conquistas apresentadas nos últimos anos, a universidade ainda não se mostra preparada para atender as demandas dos estudantes desses cursos. Esta sessão, aponta as características dos estudantes (ingressos e egressos) do curso noturno em Geografia, assim como suas percepções em relação a universidade ao próprio curso e a atuação no mercado de trabalho, no caso dos egressos.

6.1 FORMAS DE INGRESSO: VESTIBULAR, SISU, E BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES

O primeiro vestibular que ofertou vagas no curso noturno em Geografia foi o de 2007. O acesso aos cursos de progressão linear¹⁷ era efetivado através de um processo seletivo composto de duas fases: a primeira com provas objetivas e a segunda com provas discursivas. Até o ano de 2012 a seleção era de inteira responsabilidade do extinto Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA) atual Coordenação de Seleção e Orientação (CSO). No vestibular de 2013, a primeira fase do vestibular foi considerada a prova do ENEM, sendo que a segunda fase continuou no modelo tradicional de prova discursiva já descrita acima, até sua total extinção em 2014, quando a universidade passou a selecionar seus estudantes pelo SISU.

O curso noturno em Geografia, até o vestibular de 2011, ofertou 40 vagas, sendo 45% delas reservadas para os candidatos cotistas, ou seja, aqueles oriundos de escolas públicas ou que se declarassem negros, pardos e indígenas. Como mostra a Tabela 3, a maior relação aluno/vagas ocorreu no ano de 2008, com cerca de 240 inscritos (6/1). O ano de 2013 registrou o menor índice na concorrência (1,2/1).

Tabela 3 - Relação vaga candidato do curso noturno em Geografia da UFBA 2007-2013

ANO	VAGA	CONCORRÊNCIA	INSCRITOS
2007	40	3.6	144
2008	40	6.0	240
2009	40	2.3	92
2010	40	3.1	124
2011	40	2.5	100
2012*	32	1.7	56
2013	32	1.2	41
TOTAL	264	-	797

Fonte: Universidade Federal da Bahia (2015)

*A partir do vestibular de 2012, 8 vagas passa a ser reservada para os estudantes egressos dos Bacharelados Interdisciplinares.

Em 2014, com adesão da universidade ao SISU, o critério para o acesso das vagas passa a acontecer através do ponto de corte, ou seja, o sistema de seleção determina uma nota mínima que o candidato deve ter desempenhado no ENEM para ter acesso as vagas. Como

¹⁷ Os cursos de progressão linear referem-se as graduações tradicionais oferecidos pela UFBA

mostra a tabela 4, esse ponto de corte nos últimos anos variou entre 599.47 pontos mínimos a 666.27 máximo.

Tabela 4 - Ponto de corte necessário para o ingresso no curso noturno em Geografia da UFBA entre 2014- 2017

Ano	Am	Bm	A	B	D	E
2014	611.64	616	628.21	629.03	608.53	638.4
2015	622.23	641.41	633.81	630.59	599.47	651.45
2016	621.44	601.17	629.57	625.47	-	655.33
2017	629.31	663.68	637.83	666.27	-	651.13

Elaboração: Conceição (2017)

Fonte: Universidade Federal da Bahia¹⁸

Am: Candidatos pretos, pardos, índios de escola pública e renda familiar ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Bm: Candidatos de escola pública de qualquer etnia, com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

A: Candidatos pretos, pardos, índios de escola pública, com qualquer renda.

B: Candidatos de escola pública de qualquer etnia com qualquer renda.

D: Candidatos índio-descendentes com qualquer renda e ensino fundamental e médio em escola pública.

E: Ampla concorrência

Apesar das vagas reservadas para o estudante portador de diploma do BI, com total de 8 vagas, a procura desses estudantes pelo curso noturno em Geografia, assim como outros cursos de licenciatura é quase insignificante. De acordo com a Coordenação de Seleção e Orientação (CSO), nos dois últimos processos seletivos (2016.1 e 2017.1) só foram selecionados, por semestre, 2 e 1 candidatos, respectivamente, para o acesso a essas vagas. Ainda de acordo com a Coordenação de Seleção, os cursos mais procurados para o acesso de egressos dos Bacharelados Interdisciplinares foram os cursos de Medicina, Direito e as Engenharias.

A baixa procura pelos cursos de licenciatura é um quadro que assola todo país. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, os cursos de licenciatura correspondem ao total de 18.9% das matrículas. Apesar do aumento de 3.3% em relação ao censo de 2015, esse número ainda é discrepante em relação aos cursos de Bacharelado que correspondem a 69%, só ganhando para os cursos tecnólogos que apresentam 11,8% de matrículas. Em junho de 2018, de acordo com o Jornal O Estadão, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou uma pesquisa onde apenas 2,4% dos jovens brasileiros desejavam ser professores. A pesquisa mostrou que a desvalorização social, condições de trabalho e os baixos salários estão entre os principais motivos para a não escolha da profissão.

¹⁸ Disponível em: <https://ingresso.ufba.br/sisu-anterior>

Na Bahia, a baixa procura por esses cursos virou manchete de jornal. De acordo com uma publicação do Jornal Correio, a concorrência em cursos de licenciatura da UFBA e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) são cada vez menores:

As concorrências entregam o problema: quase ninguém quer ser professor. Falta de valorização, infraestrutura de trabalho deficiente e até a violência nas escolas são alguns dos motivos da ‘evasão’. E o futuro não é muito animador. Basta comparar o número de inscritos nos cursos de licenciatura do estado para perceber que a procura só cai [...] (BORGES, 2014).

A disponibilidade abundante dos cursos considerados de *status* em novas universidades, seja pública ou privada, além do crédito estudantil, faz com que seja cada vez menor a procura por cursos de formação de professores, o que compromete o futuro da qualidade do ensino básico em todo país.

6.1.2 Ingresso pelo Sistema de Cotas

Os dados obtidos através dos questionários aplicados aos discentes do curso de Geografia mostram que a pesquisa identificou que 47 % dos estudantes que adentraram no curso noturno através do sistema de cotas, ou seja, aqueles que se declaram negros, pardos, indígenas, quilombolas, oriundos de escola pública e de renda inferior a 2 salários mínimos. Isso significa que o curso possui um número considerável de estudantes com o perfil de cotas, antes ausentes no espaço universitário. De acordo com o Jornal Agência Brasil, o IBGE divulgou uma pesquisa mostrando que em 2005 o número de negros e pardos nas universidades era de 5,5%; esse percentual, em 2015, subiu para 12,8 % dos jovens negros entre 18 e 24 anos de idade.

Uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgada no ano de 2016, constatou que após a Lei de Cotas de 2012, o número de pretos e pardos nas Universidades federais aumentou consideravelmente em relação aos anos anteriores.

No quesito cor e raça, o relatório evidencia o impacto que a adoção de ações afirmativas, por meio da reserva de vagas, tiveram dentro das universidades federais. O destaque é o percentual de 47,57% de autodeclarados pretos e pardos, que mostra que a Lei das Cotas, que foi sancionada em 2012, cumpre bem o seu objetivo. Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil. O baixo índice indicava que algo precisava ser feito (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2016).

Apesar do aumento de negros e pardos decorrente das políticas de ações afirmativas, esse grupo de estudantes ainda enfrenta uma série de dificuldades para o acesso à

universidade. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), essa dificuldade está atrelada ao atraso escolar e ao alto nível de repetência que acaba desestimulando o estudante. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o acesso precoce desses jovens ao mercado de trabalho, que acaba prejudicando a aprendizagem no ensino básico, assim como a deficiência da escola pública, que dificulta o acesso desses jovens em ambientes universitários, em especial os públicos, que exigem maior dedicação para o ingresso através de rigorosos processos seletivos.

6.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

Como já discorrido, as políticas públicas, implementadas no decorrer dos anos 2000, deu um novo viés a universidade brasileira. A universidade pública, antes frequentada pelas classes mais favorecidas, após essas políticas, passa ser mais democrática dando oportunidades a um público antes quase inexistente nesses espaços: estudantes negros, pardos, indígenas, quilombolas, oriundos da escola pública e trabalhadores. Os cursos noturnos, que tiveram sua expansão nas universidades federais na segunda metade dos anos 2000, possibilitaram a entrada de muitos estudantes trabalhadores no ensino público superior, surgindo, assim, um novo perfil de estudante universitário no Brasil.

Os discentes do curso de Geografia noturno, entrevistados através dessa pesquisa, apresentam anos de entrada diversificados, entre os semestres de 2010.1 a 2017.1. O Quadro 3 mostra os dados de número de estudantes entrevistados, sexo, etnia, faixa etária e estado civil.

Quadro 3 - Sexo, etnia, estado civil e faixa etária/ idade

PERFIL	NÚMERO DE ESTUDANTES	CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS
SEXO	39	Masculino
	16	Feminino
ETNIA	24	Negro
	17	Pardo
	7	Branco
	7	Não respondeu
FAIXA ETÁRIA	31	18 e 25 anos
	7	26 e 30 anos
	13	31 e 40 anos
	4	41 ou mais
ESTADO CIVIL	48	Solteiro (a)
	7	Casado (a)

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar do maior número de matrículas do ensino superior do Brasil ser majoritariamente composto por mulheres - 57% (BRASIL, 2018), o Quadro 3 aponta que a maior parte dos estudantes do curso noturno em Geografia da amostra consultada (71%), são do sexo masculino. A predominância é de negros e pardos, seguido por uma minoria de brancos, sendo que nenhum dos entrevistados se declarou índio ou de qualquer outra etnia. É preciso enfatizar que os alunos que se declararam pretos, pardos ou indígenas não são necessariamente cotistas, ou seja, o estudante, mesmo tendo o direito, muitas vezes opta pelas vagas de ampla concorrência e não pelas vagas de cotas. Quanto a faixa etária, o maior número de matrículas no curso noturno de Geografia corresponde a estudantes entre 18 e 25 anos de idade, seguindo por aqueles que possuem idade entre 31 e 40 anos (Quadro 3).

O Quadro 4 considera aspectos de nível educacional e econômico, trazendo variáveis em qual sistema de ensino (pública ou privada) o estudante realizou o ensino médio, inclusive se o aluno já realizou algum tipo de graduação. A renda familiar, assim como o estudante contribui ou não para essa renda, também estão organizados nesse Quadro.

Quadro 4 - Curso do ensino médio, curso superior, atuação no mercado de trabalho e renda familiar

PERFIL	NÚMERO DE ESTUDANTES	CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS
ONDE CURSOU MAIOR PARTE DO ENSINO MÉDIO	40	Ensino público
	15	Ensino privado
JÁ POSSUI CURSO SUPERIOR	15	Sim
	40	Não
ATUA NO MERCADO DE TRABALHO	27	Sim
	28	Não
CONTRIBUIÇÃO PARA RENDA FAMILIAR	9	É responsável pela renda
	22	Contribuem parcialmente
	24	Não contribuem
RENDA FAMILIAR	35	1 a 3 salários mínimos
	13	Entre 3 e 5 salários mínimos
	7	Mais de 5 salários mínimos

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Da amostra consultada, 73% dos respondentes são estudantes oriundos da escola pública. Um estudo de Lopes (2016) constatou que grande parte dos estudantes oriundos de escolas particulares procuram por cursos de maior prestígio social e econômico, diferentemente daqueles de origem de escolas públicas, que na maioria das vezes, principalmente pela dificuldade encontrada durante o curso do ensino básico, buscam por cursos menos concorridos, considerados de menor prestígio social e econômico optando pelas licenciaturas ou cursos tecnológicos. De acordo com Arroyo (1990), essas dificuldades não estão somente relacionadas a pouca qualidade que a maioria das escolas de ensino básico pública oferecem, mas sim que grande parcela desses estudantes são de baixa renda e muitas das vezes precisa conciliar a escola básica com o trabalho para complementar a renda familiar.

Alguns estudantes entrevistados, total de 27%, já são graduados. Os cursos são diversificados como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Cursos superiores dos estudantes

CURSO	NÚMERO DE ESTUDANTES
Administração	4
Direito	3
Engenharias	3
História	1
Nutrição	1
Psicologia	1
Relações Internacionais	1
Turismo	1
TOTAL	15

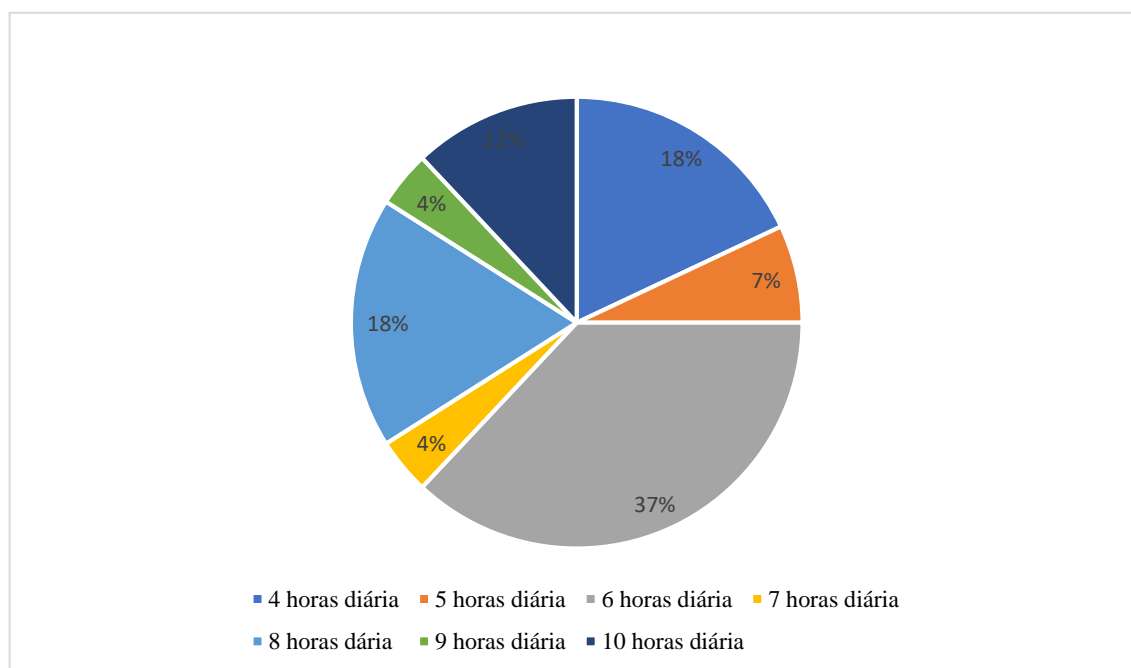
Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Quase metade dos alunos consultados são trabalhadores (49%), sendo assim categorizados, segundo Romanelli (1995) como estudante-trabalhador (que contribui parcialmente na renda familiar) ou trabalhador-estudante (aquele que contribui totalmente na renda familiar). Esses estudantes, ao contrário daqueles categorizados como estudante integral, conciliam exaustivas horas de trabalho com as atividades do curso. Apesar do curso noturno em Geografia, assim como os demais desse turno, possuem contingente significativo de trabalhadores, o sistema educacional ainda procura equipará-los aos cursos diurnos, sem considerar suas especificidades e suas próprias demandas (ARROYO 1990; MARANHÃO 2015).

As profissões dos discentes entrevistados no curso noturno de Geografia da UFBA variam: advogado, pescador, professor (a), assistente administrativo, capoeirista e cozinheira. O Gráfico 3, aponta que 37% dos estudantes trabalhadores exercem sua atividade remunerada com carga horária diária de 6 horas, 18% correspondem estudantes que trabalham 4 e 8 horas diárias respectivamente. Alguns dos estudantes que exercem a função de 4 horas diárias são bolsistas de programas de projetos de pesquisa e de iniciação à docência.

Gráfico 3 - Carga horária diária de trabalho dos estudantes respondentes



Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Na pesquisa, 40% dos respondentes declararam que contribuem parcialmente com a renda familiar (estudante-trabalhador), 16% são responsáveis pela renda total da família (trabalhador-estudante) e 44% não contribuem com a renda familiar (estudante integral). Sobre a renda familiar, a maior parte é composta por salários que variam entre 1 e 3 salários mínimos, o que correspondeu a 63% dos entrevistados; 27% totalizou aqueles que possuem uma renda de 3 a 5 salários mínimos e a menor parcela (13%), possuem uma renda de mais de 5 salários mínimos. Com isso, ao cruzar dados relacionados à contribuição parcial de renda, origem do ensino básico e a renda familiar, e a própria escolha pelo curso noturno conclui-se que maior parte desse público corresponde às camadas populares (SANTANA, 2013; FURLANI, 2001 E TERRIBELLI FILHO, 2007).

Esse novo delineamento de alunos, de acordo com Andifes (2016), tem aumentado significativamente nas instituições Federais de ensino Superior. De acordo com a pesquisa feita pela Associação, cerca de 66,19% dos respondentes possuem renda de até 1,5 salários mínimos. Além de estar no perfil das cotas por renda, esses estudantes tem o direito de cadastro nos programas de Assistência Estudantil.

6.3 RELAÇÃO ESTUDANTE E UNIVERSIDADE

Conforme dados obtidos nessa pesquisa, muitos alunos do curso noturno em Geografia são trabalhadores. Com isso, para a maioria, vivenciar a universidade é uma tarefa muito difícil, limitando sua presença nos espaços de sala de aula ou em trabalhos de campo obrigatórios. A pouca disponibilidade de tempo afasta esses estudantes de outras atividades que também são realizados no espaço acadêmico e pode contribuir para sua melhor formação, a exemplo de palestras, debates políticos e atividades de pesquisa e extensão, que em muitas das vezes só acontecem no turno diurno.

Como aponta a Tabela 6, a maior parte dos respondentes considera que a gratuidade do ensino seja o fator determinante em ter escolhido a instituição UFBA. Outros fatores levados em consideração, referem-se a boa reputação da instituição, assim como do curso escolhido.

Tabela 6 - Escolha para cursar na UFBA dos estudantes do curso noturno em Geografia

FATOR QUE LEVOU A ESCOLHA PELA UFBA	NÚMERO DE ESTUDANTES
LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA	3
SEGURANÇA	1
FACILIDADE NO ACESSO	2
GRATUIDADE	37
FACILIDADE COM TRANSPORTE COLETIVO	2
FACILIDADE DE ESTACIONAMENTO	-
CURSO ESCOLHIDO BEM CONCEITUADO	19
POUCA OFERTA DO CURSO NA REDE PRIVADA	4
BOA REPUTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	32
SERVIÇOS E BOLSAS OFERECIDOS PELA UFBA	3

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

6.3.1 Serviços

De acordo com a Tabela 7, os serviços mais utilizados pelos estudantes são aqueles que têm seu funcionamento no turno noturno. A biblioteca apresenta o maior índice de procura, seguindo o restaurante universitário (RU), o serviço de copiadora, o buzufba e as cantinas ou lanchonetes, respectivamente

Tabela 7 - Principais serviços utilizados por estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA

SERVIÇOS	QUANTIDADE DE ESTUDANTES
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	41
SERVIÇO MÉDICO (SMURB)	6
BIBLIOTECA	49
COPIADORAS (XEROX)	39
LIVRARIA EDUFBA	3
BUZUFBA	35
CANTINAS/ LANCHONETES	28

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

A compra de livros na Edufba, assim como a consulta no Serviço Médico Rubens Brasil, que são serviços oferecidos somente durante o dia, quase não são desfrutados pelos respondentes se for comparado com os demais itens destacados na Tabela 7. Em relação ao Smurb, muitos estudantes questionam a falta de informação para terem acesso ao serviço. Essa queixa foi descrita por alguns deles em uma parte do formulário que deixava um espaço livre para justificar o porquê de não utilizar os serviços oferecidos pela universidade, mesmo sendo do seu interesse: *“Médico, ainda não consegui ir no horário e no dia”*; *“Serviço médico, entretanto não existe algo que informe o que é necessário para efetuar o cadastro”*; *“Médico, mas não tenho tempo”* (RELATO DOS RESPONDENTES).

De acordo com os *sites* de cada estabelecimento, os atendimentos de interesse universitário como Pró-Reitorias e atendimento estudantil, somente têm seu funcionamento durante o turno diurno. Só para citar um exemplo, o Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE) tem expediente somente entre 8:30 e 14 horas, outros estabelecimentos universitários não se distanciam dessa realidade. Em conversa com diretores de unidades e Pró-reitores, a limitação de horários dos serviços descritos acima é baseada, principalmente, pela falta de técnicos administrativos, e sua contratação, via concurso público, está cada vez mais limitada em decorrência do corte orçamentário que assola todos os setores do serviço público no país.

Graças aos esforços do Corpo Docente do curso e das reivindicações dos estudantes, o Colegiado do curso noturno em Geografia, juntamente com a direção do IGEO e

o Departamento de Geografia, possui horário específico para atender os estudantes durante o turno da noite.

6.3.2 Assistência Estudantil

A Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae), antiga Superintendência de Assuntos Estudantis, foi criada, em 2006, no reitorado de Naomar de Almeida Filho. De acordo com o site desse órgão, os principais objetivos da Proae são:

Concentrar esforços e otimizar os recursos destinados a garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social e realizar o enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e à discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber: mulheres, negros(as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos(as), dentre outros grupos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2018).

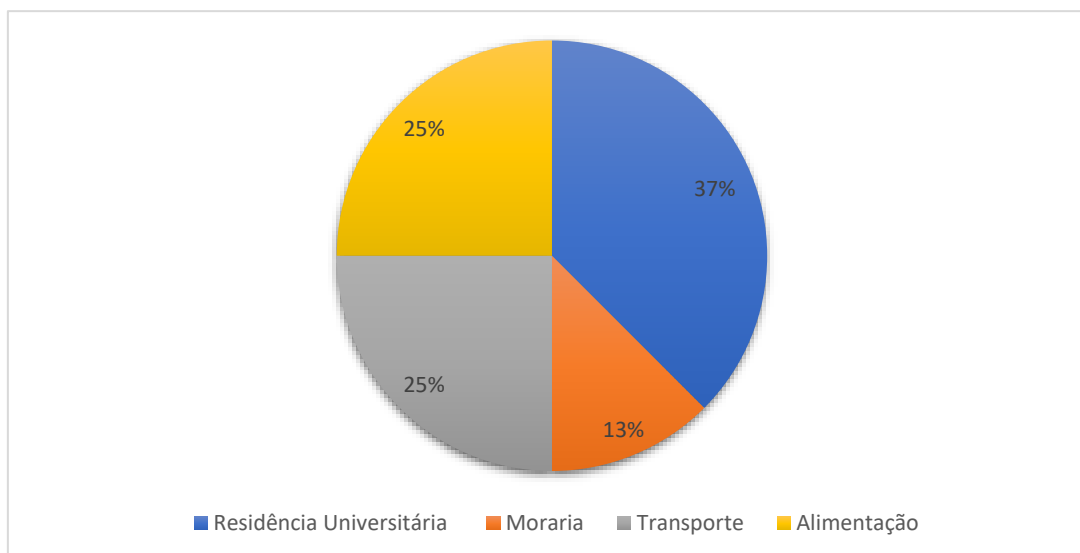
Através das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil, a Proae disponibiliza de atendimento psicopedagógico, além de benefícios para estudantes com vulnerabilidade social, entre os quais estão: auxílio óculos, transporte, alimentação (restaurante universitário), material acadêmico, creche, bolsa moradia e serviços de residências universitárias, sendo essas duas últimas destinadas para estudantes oriundos do interior da Bahia e de outros estados do Brasil. Anualmente, a Proae possui o programa de Bolsas Permanecer no valor de 400 reais para que alunos carentes possam realizar planos de trabalho de iniciação científica, extensão ou monitoria.

Outro importante programa que deve ser destacado é o Bolsa Permanência, sob a responsabilidade do MEC, destinado aos estudantes quilombolas, índios ou aqueles que, além de comprovar vulnerabilidade social, apresente em seu curso a carga horária igual ou superior a 5 horas diárias. Os estudantes do curso noturno em Geografia também são contemplados com essa bolsa, entretanto, no ano de 2016, devido ao corte orçamentário destinado a educação, não foi possível a inscrição de novos estudantes, com exceção de índios e quilombolas. No total, 7 dos respondentes são beneficiados com a Bolsa Permanência.

Como já discutido, o perfil socioeconômico dos estudantes do curso noturno em Geografia se configura da classe popular, no entanto, somente 14% dos respondentes são beneficiários de algum programa de assistência estudantil sob a responsabilidade da Proae. As políticas de Assistência estudantil tendem a assegurar estudantes que possuem a renda de até 1,5 salário mínimo. Com os benefícios ofertados, o programa objetiva que esses estudantes carentes possam permanecer na universidade diminuindo o número de evasão escolar, que

infelizmente ainda preocupa as universidades de todo país. O Gráfico 4 mostra a distribuição dos benefícios que os estudantes do curso são contemplados.

Gráfico 4: Alunos assistidos pela Proae



Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser constatado no gráfico 4, a maior parte dos estudantes é contemplada com o benefício das residências universitárias, seguindo de alimentação e transporte e, por fim, da bolsa moradia. Em alguns formulários, os estudantes questionaram que a falta de informação e a burocracia na entrega da documentação estão entre os fatores que afasta o interesse dos estudantes pelos auxílios oferecidos pela UFBA.

6.4 RELAÇÃO ALUNO E CURSO

Durante esses dez anos, o curso noturno em Geografia da UFBA teve grandes avanços, tanto na sua estrutura física como pedagógica. Em contato com alguns estudantes das primeiras turmas, muito se falou que o Instituto de Geociências carecia de condições básicas para o funcionamento do curso como falta de professores, iluminação, xerox e até bebedouro. Para se ter uma ideia, o serviço de biblioteca começou a funcionar no período da noite só no ano de 2010, decorrente da reivindicação de alguns estudantes.

Até chegar na sala de aula, o estudante do curso noturno enfrenta uma série de desafios que pode ser da longa jornada de trabalho e trânsito, a falta de alimentação ou até mesmo a própria disponibilidade física e mental. Em sala de aula, o currículo e a metodologia

de ensino deve ser adequada a esses estudantes como sugere a LDB de 1996. A maioria dos grupos de pesquisa que destinam bolsas de estudo aos alunos de graduação (PIBIC, PIBID e PIBIEX)¹⁹ ainda não realizam suas atividades no turno noturno. Apesar do currículo do curso exigir 200 horas de participação em Seminários, Simpósios, Encontros etc, eventos dessa natureza no turno noturno são quase inexistentes.

6.4.1 Escolha do Curso

Como já foi abordada a relação da forma de ingresso para o curso noturno em Geografia, partiremos no que se refere ao motivo pela escolha do curso. De acordo com a Tabela 8, o maior motivo de escolha pelo curso está relacionado ao horário, neste caso ao turno noturno, onde as aulas acontecem entre 18:30 e 22:10, seguindo pelo motivo de trabalho e afinidade com a disciplina.

Tabela 8 - Motivo de Escolha pelo curso noturno em Geografia da UFBA

MOTIVO DA ESCOLHA	NÚMERO DE RESPONDENTES
TRABALHO	25
CONCORRÊNCIA	2
AFINIDADE COM A DISCIPLINA	23
HORÁRIO	27
ADQUIRIR CONHECIMENTO	8
CURSAR PROVISORIAMENTE E TRANSFERIR PARA OUTRO CURSO	1
NÃO TER OUTRA OPÇÃO DE CURSO	2

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

A escolha pelo curso decorrente do trabalho e horário se relacionam, pois a maioria dos trabalhadores executa sua jornada de trabalho durante o dia, restando então o horário da noite para realizar atividades educacionais. Sendo assim, o curso noturno tem um papel essencial para esses estudantes - trabalhadores, pois sem a existência desses cursos muitos estariam impossibilitados de realizar um curso de graduação. A afinidade com a disciplina (um dos itens mais citados) é de suma importância para que os conteúdos das disciplinas sejam apreendidos no decorrer do curso e garanta a boa formação do estudante. Apesar de ser um curso de licenciatura (considerado de baixo *status*), poucos respondentes escolheram o curso

¹⁹ PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
 PIBID- Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
 PIBIEX- Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação a Extensão

por ser pouco concorrido, não ter outra opção de curso ou cursar provisoriamente até conseguir passar em outro curso.

6.4.2 O Trânsito

O trânsito é um dos grandes problemas que afetam as grandes cidades brasileiras; em Salvador, essa realidade não é diferente. De acordo com o jornal local Metro 1, em 2016 uma empresa holandesa, criadora dos equipamentos de sistema de navegação para automóvel, constatou que a Capital baiana aparece como a sétima cidade com o trânsito mais lento do mundo. Essa situação é intensificada em horários de pico, ou seja, no começo da manhã e no final de tarde, este último justamente quando os estudantes do curso noturno estão saindo das suas casas ou trabalho com destino à Universidade. Muitos estudantes residem em locais distantes do IGEO ou até mesmo são oriundos da região metropolitana favorecendo que atrasos sejam frequentes. A Tabela 9 mostra o meio de transporte mais utilizado pelos discentes do curso noturno em Geografia. Como pode ser constatado, a maior parte dos estudantes utilizam transporte coletivo para chegar na sala de aula, distribuídos entre ônibus e metrô (ou os dois). Outra parcela utiliza o próprio automóvel ou até mesmo se deslocam a pé.

Tabela 9 - Locomoção dos estudantes para UFBA

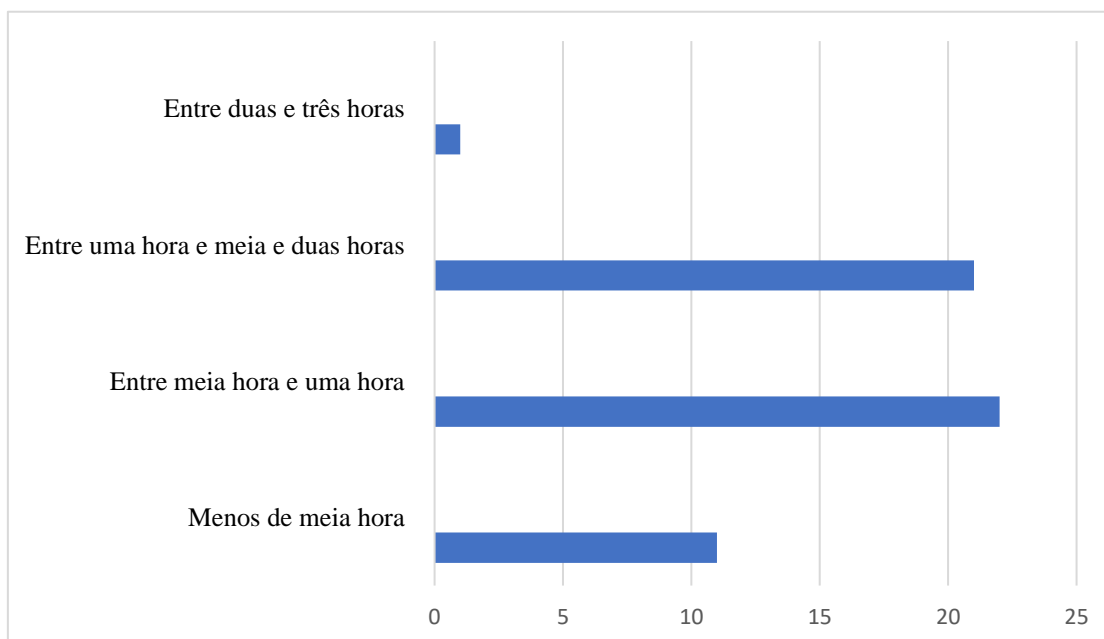
TIPO DE LOCOMOÇÃO	NÚMERO DE ESTUDANTES
À PÉ	7
BICICLETA	-
MOTOCICLETA	3
ÔNIBUS	24
VEÍCULO CEDIDO PELA PREFEITURA	-
METRÔ	10
AUTOMÓVEL	10
TREM	-
BARCO	-
CARONA	2

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Relacionado com a Tabela acima, procurou-se saber o tempo de locomoção que esses estudantes utilizam para chegar até a instituição de ensino. Como mostra o Gráfico 5, a maioria dos entrevistados (total de 40%) utilizam entre meia e uma hora de tempo para chegar a instituição; em contrapartida 38% dos respondentes despendem de uma hora e meia a duas horas. Só 20% dos entrevistados alega que chegam na universidade em menos de meia hora e uma minoria de 2% utiliza entre duas e três horas.

Gráfico 5 - Tempo despendido para chegada na instituição de ensino



Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Diante dessa situação, buscou-se saber qual é a frequência de atrasos decorrente do trânsito, além de averiguar como esses atrasos interferem no aprendizado em sala de aula. A maioria dos estudantes (40%) alegou que quase nunca se atrasam em decorrência do trânsito, entretanto 30% se atrasam pelo menos uma vez na semana, 23% quase todos os dias e 7% pelo menos uma vez no mês. Além do trânsito é preciso considerar que a saída do trabalho de alguns estudantes é quase no horário das aulas. Outros fatores como a distância do domicílio ou trabalho em junção com próprio trânsito, também podem ser fatores determinantes para eventuais atrasos.

Quadro 5 - Frequência de atrasos e influência no aprendizado em sala de aula por conta de atrasos

FREQUÊNCIA DE ATRASOS EM RELAÇÃO AO TRÂNSITO	NÚMERO DE RESPONDENTES	VARIÁVEIS
	13	Quase todos os dias
	16	Pelo menos uma vez na semana
	4	Pelo menos uma vez no mês
	22	Quase nunca
	5	Alto

NÍVEL EM QUE OS ATRASOS INTERFEREM NO APRENDIZADO	21	Moderado
	11	Baixo
	18	Irrelevante

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Para a maioria dos estudantes (38%), os eventuais atrasos interferem no aprendizado de forma moderada, em contrapartida 32% acredita que os atrasos são irrelevantes. Outros 20% consideram baixo e a minoria de 10 % alto a interferência do aprendizado em relação aos atrasos.

6.5 FORMAÇÃO

Os cursos das universidades federais são considerados de excelência, pelo seu ensino, pesquisa e extensão. Vários dados oficiais ou jornalísticos apontam que os melhores cursos de graduação e pós-graduação estão nas instituições de ensino superior pública.

Apesar da desvalorização, a profissão do professor é uma das mais importantes para sociedade, pois é o profissional formador de opiniões e de profissões. Acredita-se que o desenvolvimento de uma nação só é possível devido ao desenvolvimento educacional da população. O professor talvez seja o principal agente para esse desenvolvimento, desde que ele obtenha principalmente uma boa formação. A boa formação do futuro professor será um dos determinantes para o seu acesso e sucesso no mercado de trabalho, que é cada vez mais competitivo, bem como a sua inserção nos cursos de pós-graduação, o que implicará também na formação dos estudantes educados por esses futuros profissionais. De acordo com o pedagogo Walter Soares Guimarães:

A formação de professores é uma das temáticas que mais frequentemente têm estado presentes nas discussões sobre educação escolar nos últimos 20 anos. Além da importância mundial que vem sendo atribuída à educação, como via de constituições de nacionalidades e de consolidação de ideários político-econômicos, em termos nacionais o motivo desse destaque se prende também ao débito do país em relação a uma educação escolar de qualidade para toda população. Nesse contexto de ausência de uma boa educação, insere-se ainda a má formação de nossos professores (GUIMARÃES, 2006, p. 17).

A formação de professores está atrelada a condições favoráveis ao seu aprendizado que engloba vários fatores pessoais, profissionais e acadêmicos. A universidade pouco consulta seus estudantes sobre o Projeto Político Pedagógico e os métodos de ensino propostos em cada

disciplina (MARANHÃO, 2015). Na maioria das vezes, os cursos de licenciaturas não se adequam ao perfil do estudante trabalhador, cotista oriundo de escola pública, o que pode implicar na sua formação que de certa forma acaba reforçando às desigualdades socioeconômicas ainda gritantes na sociedade brasileira (LOPES, 2016). Para Maranhão (2015, p. 50) “não adianta investir em cursos noturnos, mantendo os mesmos parâmetros dos cursos diurnos, nem democratizar o acesso de trabalhadores a esses cursos e não garantir-lhes uma permanência qualificada”.

O corpo docente do Departamento de Geografia é composto majoritariamente por professores (as) com doutorado. Para os estudantes, além do excelente currículo, um bom professor de graduação deve apresentar requisitos básicos para se efetivar como um bom profissional. Essa avaliação foi distribuída na Tabela 10. Em ordem decrescente, os atributos mais citados pelos respondentes do questionário foram: comprometimento e organização; a didática; estimule o interesse dos estudantes; conhecimento profundo da disciplina; entenda que a maioria dos estudantes do curso noturno trabalhou durante o dia; compreenda os atrasos e o término da aula mais cedo; seja simpático e bem-humorado; seja flexível em datas, prazos e avaliações; aplique novas tecnologias educacionais; esteja no quadro efetivo; tenha titulação de mestre ou doutor; rigor.

Tabela 10 - Percepção dos estudantes quanto aos atributos que leva ser um ótimo professor no curso noturno em Geografia

ATRIBUTOS	NÚMERO DE RESPOSTAS
COMPROMETIMENTO E ORGANIZAÇÃO	44
TENHA BOA DIDÁTICA	44
ESTIMULE O INTERESSE DOS ESTUDANTES	42
CONHECIMENTO PROFUNDO DO ASSUNTO DA DISCIPLINA	37
ENTENDA QUE A MAIORIA DOS ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO TRABALHOU DURANTE O DIA	32
COMPREENDA OS ATRASOS E O TÉRMINO DA AULA MAIS CEDO	27
SEJA SIMPÁTICO E BEM HUMORADO	21
SEJA FLEXÍVEL EM DATAS, PRAZOS E AVALIAÇÕES	18
APLIQUE NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	17
SEJA EFETIVO	6
TENHA TITULAÇÃO DE MESTRE OU DOUTOR	5
RIGOR	3

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Dos respondentes, 70% alegam que já participaram de algum evento acadêmico (seminários, simpósios, encontros etc). A participação desses eventos conta como parte dos

componentes curriculares, já que o aluno, no final do curso, deve entregar o total de 200 horas de atividades complementares.

6.5.1 Bolsas de Estudo

Alguns estudantes começam a exercer a função de professor ainda no curso. Trata-se dos estágios remunerados oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (Seeba) ou por escolas particulares. Apesar de ser estágio, os estudantes exercem a mesma função de um professor formado. No total, 31% dos respondentes alegam que já trabalharam em estágio remunerado para assumir salas de aula.

Os grupos de pesquisa, extensão e iniciação à docência não realizam suas atividades no período noturno. Essa limitação impossibilita que muitos estudantes do curso noturno em Geografia, no processo de sua formação, não tenha a oportunidade de realizar esse tipo de atividade. De acordo com Maranhão:

A maior parte dos entrevistados, uma parte bastante significativa, não soube avaliar em que medida sua participação em pesquisa e extensão pode ser considerada um dos elementos para a formação na universidade. Os entrevistados explicam que não participam porque a pesquisa e extensão acontecem durante o dia, período em que não estão na universidade e estão desempenhando atividades trabalhistas (2015, p. 93).

Dentre os entrevistados, 78% alegam que nunca participaram de nenhum projeto de pesquisa, docência ou extensão. A Tabela 11 aponta os principais motivos que levam esses estudantes a não participarem de um grupo de pesquisa, projeto de extensão e iniciação à docência.

Tabela 11 - Motivo do estudante não participar de um projeto de pesquisa, extensão ou docência

MOTIVO	NÚMERO DE RESPOSTAS
FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DE PESQUISA, DOCÊNCIA E EXTENSÃO	24
FALTA DE TEMPO	17
FALTA DE DIVULGAÇÃO DA SELEÇÃO DAS BOLSAS	15
VALOR DA BOLSA	1

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

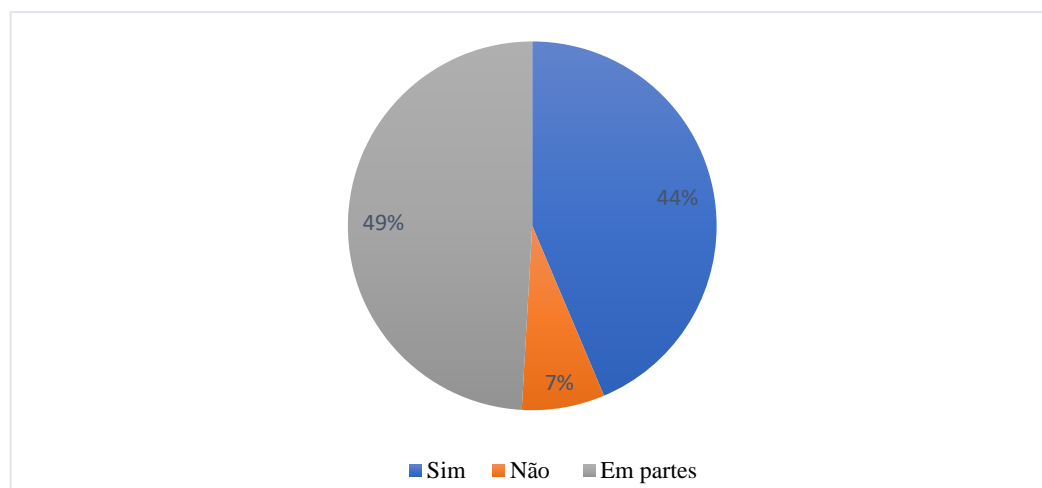
O motivo mais questionado para a não participação de bolsas de estudos refere-se a falta de informação sobre os projetos de pesquisa, docência e extensão realizados pelos professores de Geografia. Essa situação vem melhorando nos últimos semestres, decorrente dos

eventos direcionados aos calouros, organizado pela representação estudantil do Centro Acadêmico de Geografia. Geralmente, esses eventos são realizados durante as primeiras semanas do semestre vigente e tem o propósito de esclarecer sobre o funcionamento da universidade (bibliotecas, RU, questões burocráticas, assistência estudantil) e do próprio curso de Geografia (currículo, atendimento, bolsas de estudos etc). A falta de tempo apareceu como a segunda resposta mais citada, já que muitos dos estudantes são trabalhadores e no turno da noite não são oferecidas essas oportunidades de formação universitária, considerando também que este é o horário onde são realizadas as aulas do curso. Outro ponto citado foi a questão da falta de divulgação de seleção das bolsas.

6.6 ALGUMAS PERCEPÇÕES DO ESTUDANTE EM RELAÇÃO AO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA

Esse ponto da pesquisa traz as contribuições dos estudantes do curso em relação ao seu processo de formação. Como aponta o Gráfico 6, a maior parte dos estudantes acredita que o currículo se adequa em partes, às condições do estudante do curso noturno (total de 49%). Outros 44% que o currículo do curso se adequa perfeitamente às condições do estudante ao contrário de uma minoria de 7% que acredita que o currículo não se adequa às condições do estudante noturno.

Gráfico 6- Percepção do estudante em relação ao currículo do curso noturno em Geografia



Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Diante dessas variáveis, os estudantes puderam justificar suas opiniões referentes ao currículo do curso noturno. Para aqueles que responderam “não”, a justificativa aparece pela falta de temas relevantes ao perfil dos alunos, assim como a ausência de eventos durante a noite. Os estudantes que responderam “em partes” foram explicados pelo pouco enfoque pedagógico que o curso traz, a ponto de ser comparado com um curso de bacharelado. A questão do horário e disciplinas adequadas foram as justificativas para os estudantes que responderam que o currículo se adequa ao curso, como pode ser observado no Quadro abaixo.

Quadro 6 – Algumas percepções dos estudantes em relação currículo do curso noturno em Geografia

RESPOSTA	PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES
NÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Não se discute temas relevantes ao perfil dos alunos”; ➤ “A grade privilegia o diurno, eventos à noite sem liberação das aulas”.
EM PARTES	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “As disciplinas da Faced²⁰ não apresentam substrato”; ➤ “Ausência de algumas disciplinas que contemplem a licenciatura”. ➤ “Ainda há realização de disciplinas (e suas práticas) em turno oposto”; ➤ “Muito voltado para o Bacharelado”; ➤ “O currículo noturno da Geografia é bastante flexível”; ➤ “Poucas disciplinas que abordem a licenciatura”; ➤ “Algumas disciplinas poderiam ser optativas ao invés de obrigatórias”; ➤ “Por haver poucas atividades e eventos à noite”; ➤ “Existem disciplinas aparentemente fragmentadas do contexto geográfico”.
SIM	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Bem adequado, atende às minhas necessidades de estudo e trabalho”; ➤ “Até hoje todas as matérias foram adequadas a minha formação”; ➤ “Pelo menos é um horário que dá para administrar”; ➤ “Algumas flexibilidades em relação ao tempo”; ➤ “Acredito que o currículo atual seja efetivo”.

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto às disciplinas que lhe foram exigidos maior dedicação, a Tabela 12 mostra que as mais citadas, em ordem decrescente, foram: Pedologia, Climatologia, Teoria da Geografia, Cartografia Sistemática, Geografia da População, História do pensamento geográfico, Geografia do Brasil, Cartografia temática, Biogeografia, Geografia urbana e Geologia básica.

Tabela 12 - Disciplinas citadas com maior grau de dificuldade dos estudantes

NOME DA DISCIPLINA	NÚMERO DE VEZES QUE FOI CITADA
Pedologia	28
Climatologia	24
Teoria da Geografia	18
Cartografia sistemática	17
Geografia da população	15
História do pensamento geográfico	8
Geografia do Brasil	6

²⁰ Faculdade de Educação da UFBA, onde são oferecidas as disciplinas de natureza pedagógica ao curso noturno em Geografia

Cartografia temática	5
Biogeografia	4
Geografia urbana	4
Geologia básica	4
Leitura e interpretação de cartas e mapas	3
Análise integrada da paisagem	2
Estatística	2
Introdução a Filosofia	2
Geografia agrária	2
Geografia econômica	2
Aerofotogrametria e sensoriamento remoto	1
Fundamentos naturais de Geografia	1
Geografia do ensino fundamental	1
Geografia da cidade do Salvador	1
Geografia Política	1
Geomorfologia	1
Organização do Espaço mundial	1

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

As disciplinas mais citadas (Pedologia e Climatologia) são da subárea da Geografia Física. Disciplinas de formação essencial como Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico também aparecem como as mais citadas. Com exceção de uma, as disciplinas pedagógicas não aparecem na tabela acima.

Apesar de uma parcela dos alunos criticarem ao dizer que o curso não está voltado para licenciatura, 82% dos estudantes acreditam que as disciplinas pedagógicas se adequam a formação do professor de Geografia. Aqueles que responderam “não” no formulário, foi disponibilizado um espaço para que o motivo fosse explicitado. Entre as críticas que aparecem estão o distanciamento entre os departamentos de Educação e de Geografia; a falta de inovação e o motivo dessas disciplinas não estarem direcionadas para o curso de Geografia²¹. As respostas seguem no Quadro abaixo.

Quadro 7 - Percepção dos estudantes do curso noturno em Geografia em relação às disciplinas de natureza pedagógica não se adequarem ao curso.

AS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS SÃO ADEQUADAS PARA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA?	JUSTIFICATIVA
SÃO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Porque temos diretamente uma disciplina que trata diretamente da relação Geografia e ensino (Geografia no ensino fundamental)”; ➤ “Acho poucas disciplinas”; ➤ “As disciplinas da FACED pecam ao forçar uma ideologia e dessa forma todos falam a mesma coisa”; ➤ “Elas são distanciadas do IGEO”; ➤ “O problema não é na FACED, o Departamento de Geografia tem que encarar a licenciatura do noturno”; ➤ “Precisa de mais inovação”;

²¹ As disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação (FACED), com exceção dos estágios obrigatórios, não são exclusivas para os estudantes do curso de Geografia, mas sim, para todas as licenciaturas da UFBA.

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Não acredito que a teoria e prática se encontrem como práxis nessas disciplinas, salvo de algumas”; ➤ “Até então não se discutiu nada de didática em si”; ➤ “Não são direcionadas para o curso”.
--	---

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o Colegiado dos Cursos de Graduação em Geografia, novas disciplinas de natureza pedagógica serão integradas ao currículo. Esse processo já foi aprovado em reuniões do Departamento e do próprio Colegiado do curso e devem seguir, ainda nesse ano, para aprovação na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e pelo Conselho Acadêmico de Ensino da UFBA.

Ainda sobre os estudantes, perguntou-se sua percepção sobre os aspectos positivos e negativos em relação ao curso noturno de Geografia. Entre as justificativas que aparecem como aspectos positivos estão a gratuidade, a formação dos professores, o horário e a diversidade dos alunos. Os aspectos negativos estão direcionados aos poucos professores, pouca valorização do curso, poucos projetos de pesquisas, poucas bolsas de estudo. Por fim, sobre sugestões para o melhoramento do curso, estão entre as respostas: diálogos com os estudantes, segurança, mais eventos, maior oferta de disciplinas, mais trabalhos de campo. Todas as respostas podem ser conferidas no Quadro abaixo.

Quadro 8 – Aspecto positivos e negativos e sugestões para melhoria no curso noturno em Geografia

RESPOSTA	JUSTIFICATIVA
ASPECTOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Gratuidade”; ➤ “Faculdade conceituada”; ➤ “Visão abrangente do mundo e do espaço vivido”; ➤ “Diversidade, pessoas e contextos acadêmicos”; ➤ “Um curso que proporciona um pensar e questionar o necessário para humanidade”; ➤ “A busca pela totalidade na explicação do espaço geográfico”; ➤ “Conhecer a Terra e as relações que ocorrem no espaço, viagens de campo e professores competentes”; ➤ “Nos permite entender a relação homem espaço”; ➤ “Combinar a teoria com a prática”; ➤ “Bons professores, abrangência da Geografia física e humana”; ➤ “Capacidade de abrir a mente das pessoas”; ➤ “Além do importante conhecimento adquirido acerca do ambiente ao quais habitamos, o desenvolvimento imprescindível, de um olhar mais humano para com a sociedade e suas problemáticas”; ➤ “O componente curricular do curso noturno possui bons professores”; ➤ “A percepção e análise do espaço”; ➤ “Agilidade na resolução dos problemas (Nilton)”; ➤ “Presença de alunos de várias classes sociais”; ➤ “Professores mestres e doutores e disciplinas que tem um caráter crítico”; ➤ “Conhecimento sobre diversas áreas”; ➤ “A maioria dos professores muito qualificados (com algumas ressalvas) e a bagagem passada nas disciplinas”;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Horário”; ➤ “O empenho dos estudantes na luta por melhoria no curso e a qualidade do ensino, apesar das dificuldades”; ➤ “Ser no turno da noite”.
ASPECTOS NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Distância da realidade social dos alunos e metodologia monótona”; ➤ “Pouca valorização”; ➤ “Poucos professores negros”; ➤ “Poucos Professores no quadro docente”; ➤ “Não está próxima do povo”; ➤ “A grande diferença que perdura entre os turnos diurno e noturno”; ➤ “Muito voltado para o bacharelado”; ➤ “Os horários de termino das aulas e a desorganização das grades de disciplinas”; ➤ “Falta de segurança e estrutura física”; ➤ “Inflexibilidade de alguns professores”; ➤ “No caso do noturno estamos excluídos em relação ao local, por sermos o único curso noturno do IGEO”; ➤ “Algumas disciplinas são desnecessárias para licenciatura”; ➤ “Atuação na área de estudo”; ➤ “Poucos projetos de pesquisa”; ➤ “Oferecimento reduzido de bolsas”;
SUGESTÃO PARA MELHORIA DO CURSO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Ser mais específico para licenciatura”; ➤ “Reformulação curricular”; ➤ “Segurança”; ➤ “Diálogo com os estudantes”; ➤ “Empenho de toda equipe professores, alunos e gestores”; ➤ “Uma revisão da literatura por alguns professores menos experientes”; ➤ “Mais aulas de campo e visita técnica”; ➤ “Mais trabalhos práticos e mais oportunidades a programas de extensão”; ➤ “Criar uma disciplina específica em relação a metodologia do ensino em Geografia”; ➤ “Maior disponibilidade de materiais para os estudantes do curso noturno”; ➤ “Interação com outros cursos do IGEO e melhorar o Laboratório de Geoprocessamento”; ➤ “Alteração no horário das aulas”; “Flexibilidade”; ➤ “Expandir o acesso para alunos no segundo semestre e xerox no IGEO”; ➤ “Mais eventos à noite”; ➤ “Contratar o maior número de professores”; ➤ “Professores com qualificação específica a certas disciplinas”; ➤ “Ter mais aulas de campo”; ➤ “Interação com outros cursos de ciências humanas da UFBA”; ➤ “Rever a carga horária de algumas disciplinas”; ➤ “Curso de bacharelado no turno noturno”; ➤ “Verificar com rigor a avaliação semestral dos professores”; ➤ “Focar mais na formação dos professores”; ➤ “Maior proximidade entre a gestão e o aluno”; ➤ “Compreender que muitos dos alunos são trabalhadores”; ➤ “Maior oferta de disciplinas”; ➤ “Abrir o currículo para debater racismo. Reabertura da xerox e cantina e a direção presente no curso noturno”; ➤ “Eventos com liberação das aulas, ofertar disciplinas aos sábados e estender o horário de funcionamento”;

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

6.6.1 Estrutura Física

A infraestrutura do Instituto de Geociências passou por alguns reparos nos últimos anos. Além da construção do bloco com salas de aula, gabinetes e laboratórios de pesquisa, a maior parte das salas do bloco antigo conta com climatizador de ar e possui lousas para piloto e data show. Na percepção dos estudantes, 78% consideram a infraestrutura do IGEO adequada para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas. Dos 91 % dos estudantes que utilizam os serviços de biblioteca, 78% deles acreditam que os espaços de estudos são adequados. Sobre os livros disponíveis, 73% considera que as bibliotecas possuem “em parte” os exemplares de bibliografias indicadas pelos professores.

6.7 ESTUDANTES EGRESSOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A obtenção do diploma de graduação é a realização de um sonho, marcado por muito esforço e dedicação. Este tópico procurou investigar a atuação dos alunos formados no curso de Geografia noturno em sala de aula ou em programas de pós-graduação. De acordo com o atual Projeto Político Pedagógico dos cursos de Licenciatura em Geografia, o estudante egresso deve apresentar o seguinte perfil.

O licenciado em Geografia deve estar habilitado a ministrar aulas que enfoquem o conhecimento geográfico nos ensinos Fundamental e Médio. O curso direciona-se à formação de professores que tenham um amplo domínio das grandes áreas da Geografia: o estudo da natureza, as relações sociedade x natureza e o estudo regional. Além disso, o professor de Geografia deve conhecer e utilizar as principais técnicas de natureza pedagógica e cartográfica (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2015 p. 13).

Das competências gerais, espera-se :

É da competência do licenciado em Geografia, o domínio dos conteúdos geográficos ministrados nos ensinos Fundamental e Médio, com o propósito de levar o aluno a refletir e a formar um pensamento crítico sobre os diversos focalizados pela Geografia nas várias escalas de abordagem (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2015 p. 14).

Como mostra a Tabela 13, até o semestre 2017.1 o curso noturno formou 85 licenciados. Em média o curso formou 7 estudantes por semestre, o que se for comparado com as vagas oferecidas (40), é um número muito pequeno. Por inúmeros motivos muitos estudantes desistem do curso ainda nos primeiros semestres. Alguns alunos do curso noturno migram para o diurno, pois só o último oferece além da licenciatura, o curso de bacharelado.

Tabela 13 - Número de alunos diplomados do curso noturno em Geografia da UFBA de acordo com o semestre de ingresso e de conclusão

SEMESTRE DE CONCLUSÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS FORMADOS	SEMESTRE DE INGRESSO
2011.2	1	1 aluno 2007.1
2012.1	-	-
2012.2	14	9 alunos 2007.1
		5 alunos 2008.1
2013.1	5	3 alunos 2007.1
		2 alunos 2008.1
2013.2	17	4 alunos 2007.1
		6 alunos 2008.1
		1 aluno 2009.1
		4 alunos 2010.1
		2 alunos 2011.1
2014.1	8	1 aluno 2007.1
		1 aluno 2008.1
		5 alunos 2009.1
		1 aluno 2011.1
2014.2	3	1 aluno 2009.1
		1 aluno 2010.2
		1 aluno 2012.2
2015.1	5	1 aluno 2009.1
		2 alunos 2010.1
		2 alunos 2011.1
2015.2	4	1 aluno 2007.1
		1 aluno 2009.1
		1 aluno 2010.1
		1 aluno 2011.1
2016.1	14	1 aluno 2007.1
		7 alunos 2010.1

		4 alunos 2011.1
		2 alunos 2012.1
2016.2	7	2 alunos 2008.1
		1 aluno 2009.1
		1 alunos 2011.1
		1 aluno 2012.2
		1 aluno 2012.1
		1 alunos 2016.1
2017.1	7	1 aluno 2007.1
		1 aluno 2009.1
		2 alunos 2011.1
		3 alunos 2012.1
Total	85	85

Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Universidade Federal da Bahia (2017)

Como pode ser constatado na Tabela, a maioria dos estudantes atrasou a formatura. Para se ter uma ideia, os estudantes que ingressaram no semestre de 2013.1, caso não houvesse atrasos, concluiria no semestre de 2017.1. Até o referido semestre nenhum desses ingressantes formou. Por ser oferecida turma uma única vez ao ano, o curso disponibiliza disciplinas anuais, ou seja, quem não cumpre a grade curricular semestralmente acaba atrasando o curso. Para alguns respondentes (total de 10), fatores como a conciliação com o trabalho e a dificuldade de aprendizagem decorrente do curso do ensino médio ser ruim, acaba comprometendo o rendimento acadêmico, aumentando o tempo de conclusão do curso.

6.8 PERFIL DOS EX-ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA

Após a formação, sabe-se muito pouco sobre a situação profissional e acadêmica desses estudantes. A profissão do professor no Brasil, apesar de ser importante para construção de uma sociedade mais justa, enfrenta diversos desafios no seu dia a dia, que vai da baixa remuneração a condições ruins de trabalho. Os dados desta pesquisa mostram que o acesso a pós-graduação em cursos de mestrado, em universidades públicas ainda é muito restrito para os estudantes do curso noturno em Geografia, que pode ser justificada, principalmente, pela falta de familiaridade com a pesquisa que não são desenvolvidas ainda durante o curso.

Os estudantes egressos do curso noturno entrevistados são profissionais que, em maior parte, residem em Salvador ou no interior do estado da Bahia. O ano/semestre de graduação variou de 2012.1 a 2017.1. Como mostra o Quadro 9, a maioria dos respondentes do formulário são do sexo masculino (70%). A maioria é também composta por preto e pardo (90%), sendo que mais da metade ingressou na universidade via sistema de cotas (52%). Em relação a idade, os respondentes possuem entre 20 e 30 anos, no entanto há respondentes com até 65 anos.

Quadro 9 – Perfil dos estudantes egressos: gênero, cor/etnia e faixa etária

PERFIL	NÚMERO DE RESPONDENTES	CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS
SEXO	16	Masculino
	5	Feminino
COR/ETNIA	9	Preto
	10	Pardo
	2	Branco
INGRESSOU NA UFBA PELO SISTEMA DE COTAS	11	Sim
	10	Não
IDADE	10	20-30
	5	31-40
	4	41-50
	2	50 ou mais

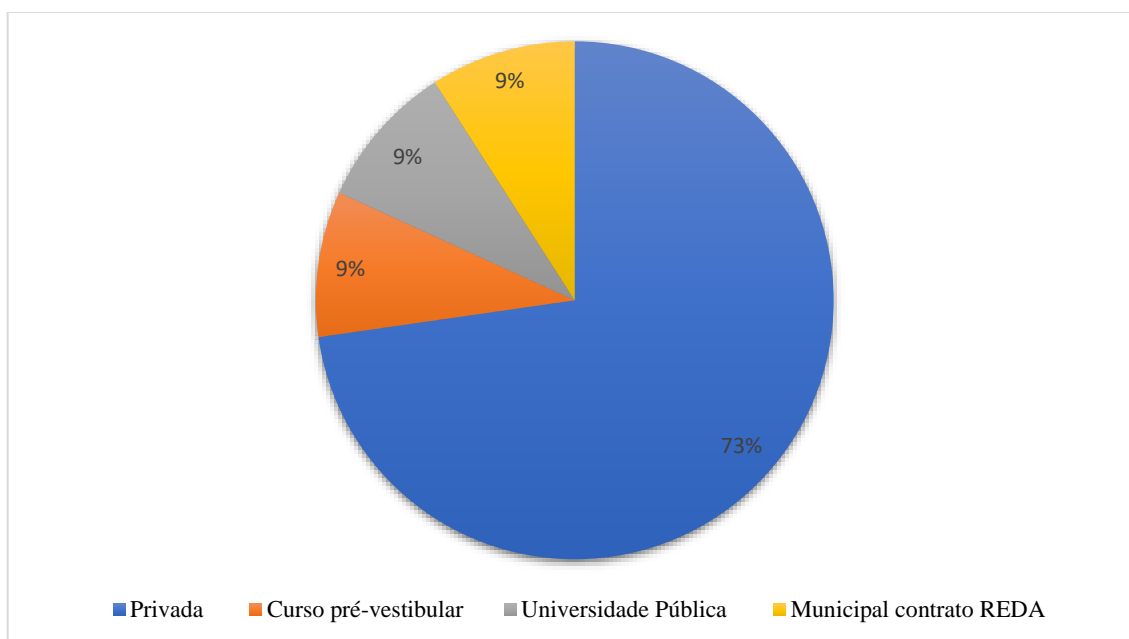
Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

6. 9 ATUAÇÃO NA CARREIRA DOCENTE

Nem todos os ex-estudantes seguiram a profissão docente; alguns estão desempregados ou estudando para concursos públicos. As profissões atuais são diversas: coordenador de convênios, técnico de processos, aposentado, taxista, professora de educação infantil, analista de suporte, autônoma e vendedor. Dos respondentes, 57% apontaram que atuam ou já atuaram como professor de Geografia nas redes de ensino conforme destacado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Atuação da Profissão Docente dos Ex-estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA



Elaboração: Conceição (2018)

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos profissionais está ou já atuou na rede privada. Os outros estabelecimentos de ensino, curso pré-vestibular, contrato municipal e universidade pública) apresentaram o mesmo valor de 9%. No que se refere às condições de trabalho, 40% consideram “boa”, em contraposição aos 40% que consideram ruins; já os outros 20% consideram as condições de trabalho – muito boas.

Quanto ao nível salarial, 60% alegaram ser “ruim”, 20% bom e outros 20% muito bom. A maioria desses graduados que exercem seu trabalho em escolas particulares reclamaram do salário, pois esse pagamento é feito através de horas/aula de trabalho. Muitas das escolas particulares contratam professores para proferir um pequeno número de aulas, fazendo, assim, com que esses profissionais tenham que buscar outros estabelecimentos de ensino para completar sua renda.

De acordo com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (2018), o valor pago para cada aula no ensino básico é de 7,15 (sete reais e quinze centavos) para 50 minutos e 8,58 (oito reais e cinquenta e oito centavos) para 60 minutos. Em conversa com professores que atuam na rede privada, apesar do salário acordado entre o Sindicato, algumas escolas ainda insistem em pagar o valor abaixo do estipulado, pois não há fiscalização por parte das entidades responsáveis.

6.9 ACESSO A PÓS-GRADUAÇÃO

Como já visto, os estudantes do curso noturno em Geografia enfrentam durante a sua graduação um grande dilema que é ter acesso aos Programas de Iniciação a Pesquisa, Docência e Extensão. Quando se trata no acesso a pós-graduação esse dilema se repete. Apesar de 93% terem o desejo de fazer uma pós-graduação, 72 % dos entrevistados não são pós-graduados. Atualmente 23% está cursando algum curso de pós-graduação em nível de especialização ou mestrado.

Todos os pós-graduados entrevistados são especialistas (total de 3) ou mestres (total de 2). Na pesquisa não foi registrado estudante que esteja cursando o doutorado. As instituições que esses estudantes realizaram seu curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, na grande maioria foram cursadas em instituições privadas. Em nível de mestrado, todos os respondentes cursaram ou cursam o Programa de Pós-Geografia da UFBA. É preciso destacar que cursar a pós-graduação em nível de mestrado na rede pública é difícil para os egressos do curso noturno devido a oferta de disciplinas dos programas de pós-graduação serem ofertados apenas no turno diurno.

6.10 PERCEPÇÕES DOS EX ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA

Apesar dos desafios enfrentados pelos estudantes egressos, no que tange o mercado de trabalho e acesso aos programas de pós-graduação, a maioria dos entrevistados (68%) acredita que o curso noturno em Geografia prepara o futuro profissional para atuar no mercado de trabalho, assim como ter acesso em Programas de Pós-Graduação. Quanto às manifestações positivas, seguem algumas:

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas como graduanda neste curso, a exemplo da falta de infraestrutura adequada para o acesso a biblioteca, insegurança, atuação de muitos professores substitutos, etc., me sinto igualmente preparada tanto para a atuação como professora na educação básica, bem como para o ingresso em programas de pós-graduação. O nível de amadurecimento e aprofundamento teórico é inerente ao aluno e não depende exclusivamente dos conteúdos das ementas do curso (RESPONDENTE DA PESQUISA).

A respondente aponta que apesar das dificuldades supracitadas, o curso noturno apresenta parâmetros para o amadurecimento intelectual. Ainda destaca que a boa formação

não depende unicamente dos conteúdos abordados em sala de aula, mas sim da autonomia do aluno em aprofundar seus conhecimentos. Outro entrevistado critica a fragilidade da universidade em relação aos cursos noturnos, entretanto evidencia a importância do Reuni para manutenção e qualidade do curso noturno, já que antes da sua implantação o curso carecia de condições básicas para o seu funcionamento como pode ser conferido no depoimento abaixo:

O nível dos profissionais envolvidos é excelente, contudo as condições técnicas da Universidade deixam a desejar, haja vista muitos dos aparatos da Universidade não funcionar a noite. É importante ressaltar que, diante todas as dificuldades, os anos anteriores ao Reuni foram cruéis com os estudantes noturnos, onde faltava tudo, professores, xerox, segurança, iluminação e até mesmo água para beber (RESPONDENTE DA PESQUISA).

Os entrevistados reconhecem que a atuação do corpo docente foi de suma importância para sua formação, ainda destacando a boa reputação da instituição de ensino: “Professores capacitados e instituição com reconhecimento”. Os elogios direcionados aos professores (a), também foram registrados em outras respostas:

Excelentes professores atuam no curso e contribuem para a formação do licenciado em Geografia. Esses mesmos professores informam sobre autores importantes e que devem ser lidos. A biblioteca é completa, possui livros fundamentais para promover a pesquisa (RESPONDENTE DA PESQUISA).

Sempre tive respostas às minhas expectativas e questionamentos. O nível dos professores também foi ótimo. Para um curso noturno apenas não tivemos o campo da disciplina Geografia Agrária (RESPONDENTE DA PESQUISA).

O depoimento abaixo, além de evidenciar a qualidade do corpo docente e da base teórica apreendida durante o curso, destaca o papel da bolsa de iniciação a docência para formação dos futuros professores de Geografia: “O curso conta com uma base teórica muito rica, bons professores, salvo algumas exceções, programa de extensão didática pedagógica como o Pibid”. Ainda falou-se da comparação entre os cursos diurnos e noturnos onde: “Tive a oportunidade de estudar no curso diurno e noturno, tanto um como o outro não deixam a desejar em termos de preparação para o mercado de trabalho”. Quanto às manifestações negativas, 38% do total, eis algumas delas:

o curso de geografia noturno não tem uma abordagem pedagógica, ou seja, não é composto em sua grade curricular de disciplinas voltadas para educação em geografia especificamente. Se isso ocorresse com mas práticas de ensino, melhoraria bastante o currículo. Além disso, as disciplinas ofertadas na FACED são insuficientes e por sua vez com metodologias ineficazes (RESPONDENTE DA PESQUISA).

As disciplinas de natureza pedagógica, assim como o foco pedagógico no curso é um verdadeiro dilema que gerou várias queixas entre os estudantes ingressos e egressos. Muitos apontam que o curso, apesar de habilitar para licenciatura, possui um viés com predominância para cursos de bacharelado.

É necessário conciliar mais a teoria com a aplicabilidade, de forma que os conteúdos sejam passados em sala, dando ênfase para a docência. EX: a disciplina de Pedagogia deveria ser aplicada com o objetivo de formar professor capacitado em ensinar Pedagogia na educação básica (RESPONDENTE DA PESQUISA).

Além de críticas direcionadas ao pouco foco do curso no viés pedagógico, falou-se do problema da ausência de bolsistas de iniciação a pesquisa do curso noturno: “Não, pois dificilmente trabalhamos com foco na educação e o estudante do noturno possui pouco acesso as informações com relação a pesquisa, dificultando assim o ingresso na Pós.” Outro ponto de destaque foi argumentação de não ser cobrado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aos estudantes. Atualmente, ao fim do curso os alunos realizam o estágio em escolas públicas, e no final dele devem entregar um relatório de estágio.

Não há uma preocupação efetiva com os conteúdos das disciplinas específicas e a sua aplicabilidade na sala de aula da escola. Cursamos uma licenciatura nos moldes do bacharelado. Não preparamos planos de aula. Não há uma preocupação com a didática a ser desenvolvida. Deve se ressaltar a contribuição do PIBID para o contato dos licenciados com a sala de aula, no desenvolvimento de estratégias e possibilidades para lidar com os diversos conteúdos das disciplinas. E, claro, por estimular a pesquisa e a produção de artigos por parte do alunado. Coisa que a nossa formação peca por demais, por, por exemplo, não exigir um TCC ao fim do curso (RESPONDENTE DA PESQUISA).

Um respondente salienta a importância da instalação de um colégio modelo da própria universidade para realização dos estágios do curso: “A UFBA deveria ter uma escola modelo dentro do campus para os estágios de estudantes de licenciatura”. Uma ex-estudante do curso noturno, atual estudante do curso de Bacharelado em Geografia, questiona a hierarquização que se dá entre o curso diurno sob o noturno.

Atualmente sou aluna do bacharelado de Geografia. Durante a minha graduação obtive a oportunidade de cursar disciplinas no diurno para licenciatura. Notei durante esse período que existe uma diferença no curso mesmo sendo os dois de licenciatura, sabe que no curso diurno os professores possuem um maior grau de instrução/conhecimento, temos professores com Pós-Doc. Diferentemente do curso noturno, onde a maior parte dos professores eram substitutos e com grau de mestrado, e formação fora da área da disciplina ofertada. O que quero deixar claro é que as disciplinas são as mesmas tanto no diurno quanto no noturno, mas o diferencial desses dois cursos para além da questão do bacharelado estão nos profissionais que atuam na instituição. Acho que o curso de Geografia noturno e diurno de licenciatura não forma professores(as) para educação básica, as nossas discussões são profundas, e não é possível abordá-la em sala de aula da forma como aprendemos, as disciplinas são ministradas para nos tornar Geógrafos(as), nossas avaliações não são "pedagogicamente" voltadas para prática de ensino escolar básico, nossos relatórios

são técnicos. O curso de licenciatura em Geografia é fora do contexto da realidade do ensino básico (RESPONDENTE DA PESQUISA).

Apesar de não alcançar a amostragem orientada por Gil (2006), as contribuições dos estudantes egressos, principalmente as qualitativas, as suas percepções em relação ao curso noturno em Geografia, permitem entender a dinâmica do curso nos seus 10 anos de existência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo surgiu do interesse em entender o perfil universitário e social dos estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA, que em 2017 completou 10 anos de existência. Esse novo perfil só veio a surgir decorrente das políticas públicas efetivadas nos anos 2000. O ensino superior no Brasil por séculos esteve voltado para atender as classes mais favorecidas. Esse episódio da nossa história começa a ser modificado, gradativamente, nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, a primeira considerável popularização desse nível de ensino só acontece na década de 1960, coincidindo com o surgimento dos cursos noturnos, destinados aos candidatos excedentes dos vestibulares de instituições públicas. Apesar de ser uma reivindicação popular na supracitada década, os cursos noturnos foram oferecidos, em grande parte, nas instituições particulares. Inclusive esse é o momento em que o número de matrículas em instituições particulares começa a ultrapassar os das instituições públicas.

A regulamentação da oferta de cursos noturnos nas instituições de ensino superior pública só passa a acontecer com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Apesar dessa regulamentação, as políticas de acesso ao ensino superior da época estavam voltadas para o crédito em instituições do setor privado. Enquanto isso, nas instituições públicas poucos cursos noturnos foram instalados devido ao pouco investimento orçamentário destinado a essas instituições.

Na Universidade Federal da Bahia, instituição guardiã do primeiro curso universitário do país existente até os dias atuais, os cursos noturnos só passam a existir no final dos anos 90 do século passado, com o curso de licenciatura em Física. A Resolução 03/99, aprovada pelo Consuni, que regulamenta a instalação dos cursos noturnos na UFBA, fez com que o corpo docente do Departamento de Geografia resgatasse o sonho de um curso noturno em Geografia que brotou em 1993, porém foi abortado após duas tentativas frustradas de instalação. O curso diurno, que surgiu em 1941, ainda na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, apresentava em seu Departamento o número inexpressivo de professores. Esse aumento só foi possível com a instalação do curso noturno, o que oportunizou principalmente a entrada de estudantes trabalhadores. O primeiro documento que aprova a instalação do curso noturno em Geografia da UFBA é de 2004, porém a primeira turma só surge no primeiro semestre do ano de 2007. Esse feito sem dúvidas foi um audacioso projeto liderado pelo Departamento de Geografia, pois os cursos noturnos em grande quantidade somente surgem

em 2009, com o Projeto UFBA Nova, resultado do Reuni que revolucionou o ensino superior público federal.

O Reuni, de fato, foi a maior política de governo para o acesso da população menos favorecida nas universidades federais, assim como a sua permanência através dos programas de assistência estudantil. Com o Reuni foi possível a instalação de novos cursos noturnos, construção e reforma de prédios e laboratórios, contratação de professores e aumento de vagas. Apesar de surgir antes do Reuni, o curso noturno em Geografia foi diretamente beneficiado com essa política, devido algumas variáveis supracitadas. É preciso lembrar que o vestibular da UFBA de 2005 já ofertava vagas reservadas para estudantes da rede pública de ensino, negros, pardos e índios que também acarretou nesse processo de inclusão.

A maioria dos estudantes entrevistados do curso noturno são oriundos de escola pública, que se autodeclararam pretos ou pardos e possuem a renda entre 1 e 3 salários mínimos. Esse fenômeno não é exclusividade do curso noturno em Geografia, como mostrou a pesquisa da Andifes percorrido ao longo desse trabalho. Outro ponto a ser destacado é que a maioria dos estudantes do curso noturno em Geografia da UFBA é composto por homens, contrariando os dados Censo do Ensino Superior de 2016, onde maior parte dos discentes no Brasil é composto por mulheres. A maioria masculina no curso noturno pode ser justificada pela violência na capital baiana que afasta o público feminino, mais vulnerável a todos os tipos de violência.

A baixa procura pelo curso noturno em Geografia, assim como as outras licenciaturas, talvez seja um dos grandes desafios que deve ser enfrentado pela União, Universidade, Especialistas e Coordenadores do curso. A profissão docente é cada vez menos procurada por jovens brasileiros justificada pela baixa renumeração e pouco prestígio social. As desistências no curso noturno em Geografia, assim como as migrações para outros cursos, são frequentes. Em contrapartida, a pesquisa constatou que estudantes já formados em cursos considerados de prestígio como Direito e Engenharia optaram para sua segunda formação pelo curso de Geografia.

A formação foi um dos pontos mais citados pelos entrevistados. A maior preocupação refere-se ao pouco teor pedagógico nesse curso licenciatura. De acordo com a coordenação do curso, a inserção de disciplinas de ensino em Geografia já foi aprovada em reuniões do Departamento e Colegiado do curso e devem seguir, ainda nesse ano, para aprovação na Prograd e Conselho Acadêmico de Ensino da UFBA. A participação em bolsas de iniciação à pesquisa, docência e extensão dos estudantes do curso noturno em Geografia também é um desafio a ser enfrentado e pensado. Pois a falta de tempo restringe os alunos de

realizarem essas atividades. Outro problema que afeta esses estudantes é a conciliação do trabalho com os estudos. Muitos discentes não vivenciam a universidade, resumindo sua presença às atividades no horário das aulas e trabalhos de campo.

A gratuidade, assim como a boa reputação da instituição e do próprio curso noturno em Geografia foram os principais fatores dos estudantes entrevistados para a escolha da instituição UFBA. As universidades públicas sempre apresentaram os melhores desempenhos nas avaliações de cursos, como mostram vários dados do Ministério da Educação. Já para a escolha do curso noturno em Geografia, foram destaques o horário, trabalho e afinidade com a disciplina. Isso reafirma a importância da Universidade pública para sociedade brasileira, em especial o curso noturno que oportuniza a entrada de trabalhadores nesses espaços, que mesmo com as políticas de maior democratização já enfatizadas, ainda é de grande privilégio social.

As percepções dos estudantes do curso de Geografia foram diversas. Apesar dessa diversidade acontecer, pontos em comum foram colocados tanto para os entrevistados ingressos assim como para os egressos. Pontos positivos como a qualidade do corpo docente, em contrapartida com o pouco foco específico do curso para licenciatura, foram os mais comentados. O curso de licenciatura deve ser encarado verdadeiramente como um curso de formação de professores, quebrando os paradigmas de uma metodologia de ensino e avaliação, que infelizmente ainda é muito voltado para um curso de bacharelado. Espera-se que as valiosas contribuições desses estudantes possam ser apreciadas pelo Colegiado, Departamento, Direção e Universidade, objetivando futuras melhorias no curso.

Ao longo da trajetória muitos estudantes acabam desistindo ou atrasando o curso. As dificuldades encontradas nas disciplinas, muitas das vezes decorrente da base escolar que não foi adquirida durante o ensino básico, assim como a não conciliação com o trabalho, estágios renumerados e bolsas de estudos, são fatores significativos para esse atraso. No que tange as disciplinas, as maiores dificuldades estão relacionadas àquelas que exigem muita leitura, a exemplo de Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico e as da Geografia Física ou instrumentais que exigem conhecimento prévio de Química, Física e Matemática como Cartografia Sistemática, Climatologia e Pedologia. Diante dessas dificuldades, cabe ao corpo docente criar metodologias para o melhor desempenho desses estudantes, evitando assim repetência nas disciplinas e conseqüentemente atrasos no curso.

As contribuições dos estudantes egressos não alcançaram a amostra sugerida pela fórmula de Gil (2006). No entanto pode-se conhecer um pouco da situação profissional e acadêmica desses ex-estudantes. A pesquisa identificou que a maior parte dos formados é

composto por homens. A maioria dos egressos responderam ser pretos e/ou pardos, semelhantemente às respostas dos atuais estudantes do curso.

Alguns dos egressos, por opção ou necessidade, não optaram pela carreira docente. Grande parte daqueles que atuam como professores de Geografia trabalha em instituições privadas. O emprego na rede particular de ensino foi caracterizado, por muitos entrevistados, como de péssima condição de trabalho, pois muitas dessas escolas sequer pagam o piso nacional dos professores estabelecido em lei. Muitos desses egressos buscam um emprego no tão sonhado e escasso concurso público. No momento atual em que o país se encontra, concursos públicos para carreira docente estão cada vez mais difíceis ou, quando surgem, as vagas são mais limitadas e muito concorridas. Outro aspecto preocupante é o pouco acesso desses egressos aos Programas de Pós-Graduação, em especial em nível de mestrado. Esse processo faz com que os ex-estudantes fiquem limitados em só ministrar aulas na educação básica, impedindo oportunidades no magistério do ensino superior e, conseqüentemente, obterem melhores postos de trabalho e salários. Acredita-se que o curso noturno em Geografia tem o potencial de formar educadores, não só para educação básica, assim como também para o ensino superior.

Os desafios são muitos, no entanto alunos e professores devem se orgulhar do curso noturno em Geografia da UFBA, pois esse foi um dos pioneiros a surgir na universidade. A Geografia da UFBA, que em 2021 completará 80 anos de existência, deve ser lembrada como a casa de Milton Santos na Bahia e de outros grandes geógrafos, a exemplo de Jean Tricart, Pierre Monbeig e Etienne Juillard. A importância do curso para a construção da Geografia Acadêmica no Brasil, sempre deverá ser exaltada.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para entender a dinâmica e as necessidades dos estudantes para efetivação de um curso mais inclusivo, justo e com compromisso social. O nosso desejo é que a Geografia possa continuar a realizar sonhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Mariangela da Rosa; RAMOS, M. da Graça Gomes; GARCIA, T. Elisa Morales. **Movimentos da Expansão do Ensino Superior na Universidade Brasileira**. Disponível em: < http://flacso.org.br/files/2015/09/Mariangela-da-Rosa-Afonso_EXPANSAO-NA-ES-BRASIL.pdf > Acesso em: 20 de jun. 2017.

ALMEIDA FILHO, N. *et al.* **Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010**. Salvador: Edufba, 2010.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**: Classes D e E são a maioria nas Universidades Federais. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/politicas-de-expansao-e-inclusao-contribuem-para-que-as-classes-d-e-e-sejam-a-maioria-dos-estudantes-das-universidades-federais/> > Acesso em 14 de maio. de 2018.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; BANDEIRA, Tainá da Silva; SILVA, Rafael Oliveira da. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. In: SEMANA DE HUMANIDADES DA UFRN, 19, 2011, Natal-RN, **Anais...** 6-9 jun. 2011, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ARROYO, M. G. A. Universidade, o trabalho e o curso noturno. **Revista Estudos e debates**, Brasília, n. 17, p. 91-94, 1990.

BORGES, Thais. **Jornal Correio**: Concorrência em cursos de licenciatura é cada vez menor na UFBA e na UNEB; situação preocupa. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/concorrenca-em-cursos-delicenciatura-e-cada-vez-menor-na-ufba-e-na-uneb-situacao-preocupa/>> . Acesso 01 de mai. 2018.

BARROS, A. S. X. **Expansão da Educação Superior no Brasil**: limites e possibilidades. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>>. Acesso em 23 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 de nov. 2017.

BRASIL. **Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/#/antes?_k=ma9ouc>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm . > Acesso 5 de nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 62.241, de 08 de fevereiro de 1968.** Reestrutura a Universidade Federal da Bahia e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62241-8-fevereiro-1968-403521-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 06 de nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946.** Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9155.htm > Acesso em 06 de nov. 2017.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827.** Crêa dous Cursos de ciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM.-11-08-1827.htm> Acesso em: 11 de abri. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.539, de 22 de dezembro de 1992.** Autoriza o Poder Executivo a criar cursos noturnos em todas as instituições de ensino superior vinculada à União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8539-22-dezembro-1992-349770-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em: 05 de nov. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Acesso em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm > Acesso em 05 de nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 01 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Os cem cursos mais antigos estão em 26 instituições de educação superior.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/informativo>>. Acesso em 01 de ago. de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa no analfabetismo no Brasil.** Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em 11 abr. de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mulheres são a maioria na educação superior brasileira.** Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206> Acesso em 20 de abr. de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+2014/18f31c1998854d1dba5306008b11531e?version=1.0>> Acesso em 20 de ago. de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatísticas da Educação Superior – Graduação 2016**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=30781>> Acesso em: 29 de set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o Reuni**. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: **Relatório de Avaliação – Geografia noturno, UFBA**. Disponível em: < <https://cpa.ufba.br/sites/cpa.ufba.br/files/Geografia%20Noturno.pdf> > Acesso em: 14 jun. de 2018.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: O desafio tardio na América Latina**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37012> >. Acesso em: 29 maio 2017.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 151- 204.

DURHAM. R. Eunice. **O Ensino Superior no Brasil: público e privado**. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em 19 ago. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking Universitário Folha 2016: geografia**. 2016. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/geografia/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

FURLANI, L. M. T. **A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 200 p.

GUIMARÃES, Valter S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2006.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4 ed. São Paulo: Papirus, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEAL, B. R. Luiz; FERREIRA, A. Yeda; MESQUITA, G. J. Francisco. Instituto de Geociências. In: TOUTAIN, L. M. B. Brandão; SILVA, R. R. Gonçalves da. **Universidade Federal da Bahia. Do século XIX ao século XXI**. Salvador: Edufba, 2010.

LOPES, Alice D. **Affirmative action in Brazil: how students' field of study choice reproduces social inequalities**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03075079.2016.1144180>>. Acesso em nov. 2017.

MARANHÃO, Jucilene Dias. **Ensino superior noturno: percepções de estudantes de graduação da Universidade Federal da Bahia**. 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Artes, Humanidades e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MARANHÃO, Jucilene Dias; PASSOS, Waldisélia dos Santos. **Adesão da UFBA ao Reuni e a nova modalidade curricular: os Bacharelados Interdisciplinares**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16705>>. Acesso em: 29 out. 2017.

MARTINS, Isis Andréa; SILVA, N. Barbara-Christine. Notas Sobre o Perfil dos Estudantes do Curso de Geografia da UFBA. **Cadernos de Geociências**, Salvador, V. 3. P. 49-53, dez. de 1992.

METRO 1. **Pesquisa aponta que Salvador tem o sétimo trânsito mais lento do mundo** Disponível em: <<http://metro1.com.br/noticias/cidade/14325,pesquisa-aponta-que-salvador-tem-o-setimo-transito-mais-lento-do-mundo.html>>. Acesso em: 24 de mar. 2018.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Lídia. **Agência Brasil: Percentual de negros na Universidade dobra, mas é inferior ao de brancos**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>> Acesso em: 16 de abr. de 2018.

NUNES, de S. André. **Percursos historiográficos do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo: contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo**. 2015. 237 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

PALHARES, Isabela. **O Estadão: Só 2,4% dos jovens brasileiros quer ser professor**. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,so-2-4-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor,70002364548>>. Acesso em: 28 de Jun. de 2018.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da escolarização superior para duas gerações de famílias de camadas médias. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n.184, p. 445-476 set./dez. 1995.

SÃO PAULO . **Constituição do Estado de São Paulo (1989)**. Disponível em :<
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/constituicao%20estadual.htm>> . Acesso em 05 de nov. de 2017.

SANTANA, C. B. **A caminho da democratização da UFBA: o novo aluno dos cursos noturnos**. 2013. 243f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Artes, Humanidades e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita. In: SANTOS, Jocélio Teles dos. **Cotas na Universidade: análise dos processos de decisão**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 41-76.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, M. A. Gênese da Geografia Urbana no Brasil: A contribuição de Grupos de Pesquisa na Bahia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, V. 5, n.2, p. 131-146 Dez. de 2009

SILVEIRA, Tolfo Denise; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 p. 31-42.

SIMÕES, Ruy. **A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida**. Salvador. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SINDICADO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA BAHIA
Reajuste salarial data base: 2017/2018. Disponível em: <
http://www.sinepeba.com.br/sinepeba/arquivos/REAJUSTE_DATA_BASE_2017_2018.pdf
> Acesso em: 18 de mai. de 2018.

TERRIBILI FILHO, A. **Educação Superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante**. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Federal Paulista, Marília, 2007.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador EDUFBA, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Quadro de vagas**. Disponível em:
<https://ingresso.ufba.br/sites/ingresso.ufba.br/files/lista_cursos_cotas_2017_sisu_semestre2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Notícia histórica da Universidade da Bahia**. 2 ed. Salvador: Edfba, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura- noturno) 2006.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura- diurno e noturno) e Bacharelado (diurno) 2015.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil:** Conheça a Proae. Disponível em: < <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>> Acesso em: 20 de fev. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Pró-reitora de Planejamento e Orçamento:** UFBA em números. Acesso em: < https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/versao_digital_ufba_em_numeros_2017_0.pdf > Acesso em 06 de nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório de Avaliação Institucional (2016).** Disponível em: <https://cpa.ufba.br/sites/cpa.ufba.br/files/RELAT%C3%93RIO_CPA_2016.pdf> Acesso em 14 de jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução 01/2004 Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular.** Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Resolução 03/99 Regulamenta os Cursos de Graduação no turno noturno.** Disponível em: < https://prograd.ufba.br/sites/prograd.ufba.br/files/resolucaoceg031999__reg_cursos_noturnos.pdf > Acesso em: 01 de nov. de 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador Transformações e Permanências.** 2 ed. Salvador: Edufba, 2016.

APÊNDICES

APÊNCIDE A: CORPO INSTITUCIONAL DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora do instituto de Geociências: Olivia Maria Cordeiro de Oliveira

Chefe do Departamento de Geografia: Prof Dr Cristovão de Cássio da Trindade Brito

Coordenador dos cursos de Graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado): Prof Dr Alisson Duarte Diniz

Coordenadora do curso de Graduação noturno em Geografia: Prof^a Dr^a Junia Kacenenbogen Guimaraes

Secretária do colegiado: Sr^a Maria das Graças P. Mota

Secretário do colegiado: Sr Nilton da Silva

CORPO DOCENTE DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-2017 (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA)

Prof Dr Alcides dos Santos Caldas

Prof^a Dr^a Denise Silva Magalhães

Prof Dr Alisson Duarte Diniz

Prof^a Ms^a Erika do Carmo Cerqueira

Prof Dr Angelo Szaniecki Perret Serpa

Prof^a Dr^a Grace B. Alves

Prof Dr Antônio Ângelo Martins da Fonseca

Prof Dr Heraldo Peixoto da Silva

Prof Dr Jose Antônio Lobo dos Santos

Prof Dr Antônio Puentes Souza

Prof^a Dr^a Junia Kacenenbogen Guimaraes

Prof^a Dr^a Catherine Prost

Prof^a Dr^a Maria da Conceição Borges

Prof Ms Claudemiro Ferreira da Cruz Neto

Prof Dr Marco Antonio Tomasoni

Prof Dr Clímaco César Siqueira Dias

Prof^a Dr^a Noeli Pertile

Prof Dr Cristovão de Cássio da Trindade Brito

Prof Ms Paulo César Zangali Júnior

Prof^a Dr^a Daria Maria Cardoso Nascimento

Prof Dr Wendel Henrique Baumgartner

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES INGRESSOS DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA

QUESTIONÁRIO PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA		
Nome:		Ingresso:
Sexo () Feminino () Masculino	Cor\etnia:	Idade:
Onde cursou o ensino médio () Público () Privado	Ano de conclusão:	
Ingressou através do sistema de cotas () Sim () Não	Com que idade entrou no curso de Geografia?	
Você tem filhos (a) () Sim () Não	Quantos?	Ainda estão sob sua responsabilidade? () sim () Não
Você acredita que a família (conjugue, filhos, pais etc) pode de certa forma interferir seus estudos? () sim () não. Caso respondeu sim justifique:		
Estado civil () Solteiro (a) () casado (a) () divorciado (a) () viúvo (a)		
Trabalha () Sim () Não	Qual é a sua profissão?	
Já fez algum curso superior? () Sim () Não	Qual? Caso a resposta seja sim:	
Qual bairro você mora?	Trabalha quantas horas por dia:	
Sobre a renda familiar É responsável pela renda da família? () Sim () Não Contribui parcialmente? () Sim () Não Quantos salários mínimos constitui sua renda familiar: 1 a 3 () 3 a 5 () 5 a 10 () acima de 10 () É dependente financeiramente da família? () Sim () Não	Sobre a assistência estudantil É beneficiário de algum auxílio da PROAE? () sim () não Se sim, qual benefício?	
Qual desses serviços você usufrui da Universidade () Restaurante Universitário () Serviço Médico () Serviço de biblioteca () Serviço de xerox () Livraria da EDUFBA () Buzufba () Cantinas/Lanchonetes () Outros Qual?	É beneficiário do bolsa permanência (MEC) () sim () Não Algum motivo levou para que você não obtenha benefícios da PROAE? Justifique	
Qual desses serviços você sente a necessidade de usufruir, mas não é possível, justifique.		
Sobre bolsas de pesquisa e extensão Você já participou de algum projeto de pesquisa ou extensão? () Sim () Não Caso não, qual desses motivos se justifica: () falta de divulgação da seleção das bolsas () valor da bolsa () falta de tempo		

- falta de informação sobre os projetos de pesquisa e extensão
- Outros\ qual ?

Já se candidatou para receber algum tipo de bolsa de pesquisa ou extensão () sim () não

Se sim, foi aprovado? () sim () não.

Já recebeu algum tipo de bolsa () sim () não

Se sim, qual tipo

- PIBID
- PIBIC
- PIBIEX
- Permanecer
- Outra \ Qual ?

O que levou você a escolher o curso de Geografia no período da noite?

- Trabalho
- Concorrência
- Afinidade com a disciplina
- Horário
- Adquirir conhecimento
- cursar provisoriamente e se transferir para outro curso
- por não ter outra opção
- Outro\ qual?

Qual é o nível de instrução do seu pai

- não alfabetizado
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo

Qual é o nível de instrução de sua mãe

- não alfabetizada
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo

Qual fator levou a escolha pela instituição de ensino?

- localização privilegiada
- boa segurança na região
- facilidade de acesso
- gratuidade
- facilidade de transporte coletivo
- facilidade de estacionamento
- curso escolhido bem conceituado
- pouca oferta do curso em instituições privadas
- boa reputação da instituição
- Serviços e bolsas oferecidos pela universidade pública
- outro/ qual?

Situação da alimentação após o horário das 18 h

- jantado normalmente
- apenas lanchado
- não teve alimentação nada substancial

<p>Qual é a sua locomoção para chegar a faculdade</p> <p><input type="checkbox"/> à pé</p> <p><input type="checkbox"/> bicicleta</p> <p><input type="checkbox"/> motocicleta</p> <p><input type="checkbox"/> ônibus</p> <p><input type="checkbox"/> veículo cedido pela prefeitura</p> <p><input type="checkbox"/> metrô</p> <p><input type="checkbox"/> automóvel</p> <p><input type="checkbox"/> trem</p> <p><input type="checkbox"/> carona</p> <p><input type="checkbox"/> Barco</p>	<p>Quanto tempo despendido para chegar a instituição de ensino</p> <p><input type="checkbox"/> menos de meia hora</p> <p><input type="checkbox"/> entre meia hora e uma hora</p> <p><input type="checkbox"/> entre uma hora e meia e duas horas</p> <p><input type="checkbox"/> entre duas e três horas</p> <p><input type="checkbox"/> mais de três horas</p>
<p>Frequência de atrasos em função do trânsito</p> <p><input type="checkbox"/> quase todos os dias</p> <p><input type="checkbox"/> pelo menos uma vez na semana</p> <p><input type="checkbox"/> pelo menos uma vez no mês</p> <p><input type="checkbox"/> nunca ou quase nunca</p>	<p>Na sua percepção, os atrasos interferem na sua aprendizagem? em qual nível?</p> <p><input type="checkbox"/> alto</p> <p><input type="checkbox"/> moderado</p> <p><input type="checkbox"/> baixo</p> <p><input type="checkbox"/> irrelevante</p>

<p>Na sua percepção, quais atributos leva a ser um ótimo professor no curso de geografia</p> <p><input type="checkbox"/> rigor</p> <p><input type="checkbox"/> comprometimento e organização</p> <p><input type="checkbox"/> conhecimento profundo do assunto da disciplina</p> <p><input type="checkbox"/> estimule o interesse dos estudantes</p> <p><input type="checkbox"/> tenha boa didática</p> <p><input type="checkbox"/> aplique novas tecnologias educacionais</p> <p><input type="checkbox"/> tenha titulação de mestre ou doutor</p> <p><input type="checkbox"/> seja efetivo</p> <p><input type="checkbox"/> seja flexível em datas, prazos e avaliações</p> <p><input type="checkbox"/> entenda que a maioria dos estudantes do curso noturno trabalhou durante o dia</p> <p><input type="checkbox"/> seja simpático e bem humorado</p> <p><input type="checkbox"/> compreenda os atrasos e o término da aula mais cedo</p> <p><input type="checkbox"/> outro/ qual?</p>
<p>Na sua percepção, o currículo do curso de geografia se adequa ao estudante do curso noturno?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> em partes</p> <p>Justifique sua resposta</p>
<p>Na sua percepção, o curso de geografia da UFBA enfatiza mais a linha física ou humana? Justifique sua resposta.</p>
<p>Na sua opinião, até o momento, quais disciplinas que mais lhe exigiram dedicação e tempo para desenvolver suas tarefas? Cite três.</p>

<p>Você já participou de algum evento acadêmico da Geografia?</p> <p><input type="checkbox"/> sim</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>	<p>Você já estagiou em escola? (Exceto os estágios do currículo)</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Se a resposta for sim, em qual rede de ensino</p> <p><input type="checkbox"/> pública</p> <p><input type="checkbox"/> privada</p>
<p>Cite 4 obras da literatura geográfica básica que na sua opinião todo estudante de geografia deve ler?</p>	
<p>Na sua percepção, quais são os principais aspectos positivos do curso de geografia?</p> <p>Na sua percepção, quais são os aspectos negativos do curso de geografia?</p>	
<p>Qual a sua sugestão para melhorar o curso noturno de geografia</p>	
<p>A disciplinas pedagógicas são adequadas para a formação do professor de Geografia?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Se não, por que?</p> <p>A infraestrutura (espaço físico) é adequada para o bom desenvolvimento das atividades de ensino?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Você utiliza os serviços da biblioteca? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Se não, por que?</p> <p>Se sim, qual é qual é a sua percepção em relação aos serviços</p> <p>- Possui espaços adequados para estudos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>- Possui exemplares da bibliografia indicada nas disciplinas</p> <p><input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> em partes</p> <p>Na sua opinião o que interfere para o atraso para concluir o curso graduação noturno em Geografia?</p>	

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ESTUDANTES EGRESSOS DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA²²

QUESTIONÁRIO: PERFIL DOS EX-ESTUDANTES DO CURSO NOTURNO EM GEOGRAFIA DA UFBA

O (a) Sr.(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa denominada, Dez anos de implantação do curso noturno em Geografia da UFBA: perfil e percepção dos estudantes no período de 2007-2017, realizado pelo estudante do curso do Bacharelado em Geografia Marcos Vinicius Almeida Conceição, responsável pela pesquisa, sob orientação do professor Dr Alisson Diniz, vinculada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências – IGEO/UFBA.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o curso noturno de Geografia da UFBA, após os 10 anos de sua criação, considerando principalmente o processo de sua formação, o perfil e a percepção dos seus matriculados no período de 2007- 2017. A pesquisa se justifica principalmente devido inexistência de trabalhos que abordem o curso noturno em Geografia da UFBA. Espera-se que os resultados possam contribuir para futuras efetivações de políticas universitárias.

A sua participação no referido estudo será no sentido de responder a um questionário de identificação que aprofunde o tema de investigação. Os resultados da pesquisa serão publicados no trabalho de conclusão de curso, previsto para fevereiro de 2018.

***Obrigatório**

1. Nome

2. Em qual semestre você se graduou (ex.2011.1) *

3. Município *

4. Estado *

5. Idade *

²² Disponível do endereço eletrônico:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeqWI4IS32kh5eYvrksezbLQKVk16OMe1CihIfkHR7t2MhGg/viewform?c=0&w=1>

6. Sexo *

Masculino

Feminino

7. Cor/ etnia *

8. Ingressou na UFBA via o sistema de cotas? *

Sim

Não

9. Após concluir o curso, você atua ou já atuou como professor (a) de Geografia? *

Sim

Não

10. Se sim, em qual rede de ensino

Privada

Municipal (Contrato ou REDA)

Municipal (concursado)

Estadual (Contrato ou REDA)

Estadual (concursado)

Federal (REDA)

Federal (concursado)

Universidade Privada

Universidade Pública

Pré-vestibulares

Outro: _____

11. Após a conclusão do curso, por quanto tempo você atua/atuou como professor de geografia?

0 a 6 meses

6 a 12 meses

1 a 3 anos

3 a 5 anos

5 a 7 anos

12. Se a resposta foi "outro", em qual estabelecimento?

13. Caso trabalhe como professor de Geografia, qual é o seu nível de satisfação com suas condições de trabalho (estrutura, alunos, direção da escola)?

Muito bom

Bom

Ruim

Muito ruim

14. Qual é o seu nível de satisfação com o seu salário?

Muito bom

Bom

Ruim

Muito ruim

15. Caso não atue como professor de Geografia, qual é a sua atual profissão?

16. Por que você escolheu fazer o curso de Geografia? *

Concorrência

Afinidade com a disciplina

Por ter sido um curso noturno

Oportunidade de trabalho

vocação para docência

Outro:

17. Atualmente você cursa alguma Pós-Graduação? *

Sim

Não

18. Caso seja, em qual nível?

Especialização

Mestrado

Doutorado

19. Qual curso? E qual instituição?
